Sumário

Número de notícias: 39 | Número de veículos: 34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Reforma deve debater subsídios e desonerações, diz Guedes 4

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Receita destrói 97 mil TVs Box piratas apreendidas no Rio 5

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Mandetta ajuda CPI a convocar Guedes - MAIS ECONOMIA 6

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Guedes sugere vender estatais para erradicar pobreza 8

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Aras defende troca de dados entre Receita e MPE sem autorização 9

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - DM REVISTA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
"Jamais tive projeto de taxar livros", diz Guedes 10

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Receita Federal recebeu pouco mais da metade das declarações do IRPF 11

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Reforma tem que "atacar" desonerações 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL
Aposentados: 13º a partir de 25 de maio 13

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - COVID-19
SEGURIDADE SOCIAL
Guedes reclama de críticas e reconhece "fase turbulenta" 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL
PT ganhou eleições merecidamente ao criar Bolsa Família, diz Guedes 16

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL
Revisão do FGTS: julgamento no STF pode alterar índice de correção monetária; entenda 18

R7 - O QUE É QUE EU FAÇO SOPHIA
SEGURIDADE SOCIAL
BPC-Loas dá direito à pensão por morte para dependente? 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
SERVIDOR PÚBLICO
1.276 armas nas ruas em 4 meses 20

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE
SERVIDOR PÚBLICO

Casos de Covid-19 explodem entre servidores do Ministério da Saúde 21

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO
A bússola da opinião pública (2) 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
A terceira via e o PSD - BRASÍLIA - DF 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Relator desenhou projeto amplo e abrangente 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Reforma tributária em rota de incerteza 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA
Reforma tributária como distração (2) 26

ALÔ BRASÍLIA - DF - DISTRITO FEDERAL
REFORMA TRIBUTÁRIA
Presidente da Câmara reafirma que reforma tributária deverá ser fatiada 27

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA
Por um Pacto Nacional Tributário (Marcelo Ramos) 28

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Proteção ou penalização das mulheres? (2) 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Congresso tenta rever Orçamento para manter obras 30

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE - MG - PRIMEIRO PLANO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Indústria versos fisco 32

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Corte valida PIS e Cofins sobre royalties de cooperativa 33

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - ECONOMIA/OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
A participação da indústria na formulação de uma política de proteção de dados (2) 34

O ESTADO - FORTALEZA - CE - NACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Movimento une entidades para implementar 5G 36

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA
Quase duas décadas sem lembrar que tinha uma lei (2) 37

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Brasil é um dos piores em ranking ambiental, social e de governança 38

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
ECONOMIA
Congresso pressiona Bolsonaro a aumentar logo o Bolsa Família . . . 39

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
ECONOMIA
Insegurança jurídica com o regresso ao passado (2) . . . 41

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Brasil é um dos líderes em persistência inflacionária . . . 43

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA
Fluxos financeiros e saldo comercial favorecem o real (3) . . . 45

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA
A Selic influencia o nível do câmbio - PALAVRA DO GESTOR . . . 47

DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - NEGÓCIOS
ECONOMIA
FGTS no Supremo . . . 49

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - OPINIÃO
ECONOMIA
Para os trabalhadores (as), desemprego, desalento e fome (2) . . . 51

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
POLÍTICA
Deputado que já foi afastado abre debate da reforma política . . . 53

O GLOBO - ON LINE - RJ - BRASIL
POLÍTICA
Entrevista: Renan Filho diz que Bolsonaro faz gestos de aproximação, mas apoiadores tiram credibilidade
. . . 55

Reforma deve debater subsídios e desonerações, diz Guedes

Eduardo Rodrigues Lorenna Rodrigues / BRASÍLIA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu que o alto volume de desonerações e subsídios federais seja endereçado para a discussão da **reforma tributária**.

Proposta de Emenda Constitucional Emergencial aprovada neste ano já prevê a redução dos benefícios tributários dos atual 4% para 2% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em até oito anos.

"Os mais de R$ 300 bilhões (por ano) em isenções e desonerações e os quase R$ 4 trilhões em contenciosos revelam o manicômio tributário em que o Brasil sem meteu. Quem tem poder político consegue isenções e desonerações. Quem tem poder econômico prefere entrar na Justiça e ao invés de pagar R$ 1 bilhão para a União, paga R$ 100 milhões para um escritório de advocacia", afirmou ontem, em audiência pública conjunta das comissões de Finanças e Tributação; Educação; Trabalho, Administração e Serviço Público; e **Seguridade Social** e Família da Câmara.

Guedes reforçou a importância das contrapartidas fiscais na aprovação de medidas emergenciais de enfrentamento à pandemia.

Por isso, destacou ele, a relação dívida/**PIB** não cresceu tanto em 2020 quanto alguns economistas esperavam.

Endividamento. "Não há problema em aumentar endividamento quando se está em guerra.

O Estado existe para a proteção do cidadão. Mas nos endividamos pagando uma parte da guerra, não estamos jogando para nossos filhos e netos os custos", afirmou, Questionado sobre a possibilidade de criação de um novo Refis para parcelar as dívidas das empresas, Guedes citou que o modelo de transação tributária já recuperou mais de R$ 80 bilhões em débitos. "É melhor limpar a ficha e tirar as empresas da lista de devedores.

Em vez das pessoas ficarem com a ficha suja pelo resto da vida, paga o que for possível e fica zerado com a **Receita Federal** para começar uma vida nova. Damos um desconto nessa modalidade que achamos melhor que o Refis", completou o ministro.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Receita destrói 97 mil TVs Box piratas apreendidas no Rio

STEPHANIE TONDO stephanie.tondo@oglobo.com.br

A **Receita Federal** vai destruir mais de 97 mil aparelhos de TV Box piratas hoje, no Rio. Avaliada em mais de R$ 13 milhões, a carga foi importada da China e é resultado de operações realizadas nos portos do Rio e de Itaguaí, em 2019 e 2020. Segundo as investigações, os produtos tinham como destino as milícias da Zona Oeste e da Baixada Fluminense.

Esses aparelhos são utilizados para habilitar recursos de uma Smart TV a uma televisão que não possui acesso à internet, permitindo assistir a conteúdos de streaming, por exemplo.

Desde 2019, a Receita apreendeu mais de um milhão desses aparelhos piratas no Estado do Rio.

- A partir do segundo semestre do ano passado, em ação conjunta da Receita com a Polícia Federal e Polícia Civil do Rio, agente fez um trabalho de inteligência, em que foi identificada a importação desses aparelhos para abastecer as milícias da Zona Oeste e da Baixada Fluminense, que instalavam softwares piratas nos aparelhos para acesso ilegal a 900 canais de TVs por assinatura, além de filmes em streaming - comentou o auditor-fiscal Ewerson Augusto da Rocha Chada, coordenador da operação.

A ação tem o apoio da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA). A entidade estima, com base em dados do IBGE e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que esses aparelhos ilegais estejam presentes em 4,5 milhões de lares brasileiros, causando um prejuízo de R$ 9,5 bilhões por ano à indústria audiovisual. Com isso, calcula-se uma perda de R$ 1 bilhão em **impostos** que deixam de ser arrecadados a cada ano pelos governos.

ADAPTAÇÃO PARA VIDEOAULAS

Superintendente da **Receita Federal** na 7- Região Fiscal, o auditor Flávio José Passos Coelho disse que o comércio ilegal de mercadorias traz prejuízos para todos, eliminando empregos e investimentos no Brasil:

- A apreensão desses aparelhos impede também que seja instalada uma rede clandestina de prestação de serviços ilegais, cumprindo nosso propósito de ampliar o combate aos ilícitos tributários e aduaneiros.

A destruição foi contratada pela Receita no ano passado e acontecerá no prédio do Ministério da Fazenda, em Benfica, na Zona Norte da cidade. No entanto, o órgão está atuando em parceria com uma universidade do Rio para tentar modificar os outros 900 mil aparelhos que continuam estocados, para que possam ser doados a alunos de escolas públicas e usados em videoaulas.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Mandetta ajuda CPI a convocar Guedes - MAIS ECONOMIA

Marta Sfredo

Ao responder à senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA), o ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta soltou o verbo e abriu caminho para a convocação do ministro da Economia, Paulo Guedes: - Ele é desonesto intelectualmente, um homem pequeno para estar onde está. Só dizia: "Já mandei o dinheiro, agora se vira lá, vamos tocar a economia". Talvez tenha sido uma das vozes que tenham influenciado o presidente.

Mandetta sugeriu que Guedes estaria na origem da posição de Jair Bolsonaro de dar mais atenção ao impacto econômico da pandemia do que a ações que impedissem o contágio.

O contra-ataque veio poucas horas depois que Guedes afirmara, em audiência pública na Câmara dos Deputados, que o governo havia liberado R$ 5 bilhões para a Saúde combater o coronavírus "já nas primeiras semanas da pandemia", em março de 2020.

Mandetta lamentou que o ex-colega não tenha se lembrado que, nessa época, "nem havia vacina sendo comercializada no mundo".

Mandetta fez questão de dizer que o comportamento de Guedes contrastava com o do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, que contribuía com informações, discutia o impacto na saúde e na economia: - Esse ajudou muito, foi extremamente atencioso com impacto na economia e impacto nas coisas públicas. O da Economia não ajudou em nada. Só falava em tocar a economia.

Antes da abertura da CPI da Covid, havia intenção de ouvir Guedes, mas os senadores foram demovidos da ideia para não comprometer outro segmento do governo. Com a exposição do ministro da Economia, porém, a corrente que pressionava pela convocação ganhou força eAziz atendeu ao pedido feito pelo vice-presidente da comissão, Randolfe Rodrigues (Rede-AP). A maioria dos 11 integrantes da CPI tem de aprovar o chamado a Guedes.

Cresce dúvida sobre **reforma tributária**

Mal o relator da **reforma tributária**, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), havia terminado a leitura de seu trabalho, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), decidiu extinguir a comissão formada por deputados e senadores porque teria sido excedido o prazo de 40 sessões. A decisão foi anunciada pelo vice-presidente da Casa, Marcelo Ramos (PL-AM), em uma rede social: "Presidente Arthur Lira acaba de me confirmar que (...) a comissão está extinta." Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) não concordou. Em nota, afirmou que a comissão fez um longo trabalho e considerou "razoável e inteligente darmos oportunidade de concluírem o trabalho". Caso a posição de Lira prevaleça, o relatório fica sem efeito.

Até o início da noite de ontem, ninguém sabia prever o futuro da **reforma tributária**. No parecer, o relator havia mantido a intenção de fazer uma mudança ampla. Preservou os princípios das PECs que tramitavam na Câmara e no Senado, mas não cedeu à pressão por fatiar a reforma, como queria o governo.

O parecer unifica cinco **tributos** no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), além do Imposto Seletivo, com alíquotas mais altas para produtos como cigarros e bebidas alcoólicas. Seriam fundidos os federais PIS, Cofins e IPI, o estadual ICMS e o municipal ISS. 0 ministro da Economia, Paulo Guedes, vinha defendendo que, antes de mais nada, fosse a votação a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que unificaria apenas PIS e Cofins.

NOVE MESES DEPOIS DA PRIMEIRA TENTATIVA, o BANCO CENTRAL LIBEROU A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PELO WHASTAPP. A PARCERIA DIRETA É COM ITAÚ, BRADESCO E BANCO DO BRASIL MAS CLIENTES DO GAÚCHO SICREDI COM CARTÕES VISA OU MASTERCARD PODERÃO USAR, SEM CUSTOS.

0,75

é a aposta predominante para a alta do juro básico que será comunicada hoje pelo Banco Central. Mas há possibilidade de a dose ser de até 1 ponto, o que levaria a taxa Selic para 3,75%. Nas últimas semanas, essa hipótese perdeu força, mas ainda não é totalmente descartada.

Na contramão, a primeira loja física

Depois de quase dois anos de atuação apenas com telentrega, a The West Burger está abrindo sua

primeira loja física. A marca nasceu diante da dificuldade de encontrar, no Brasil, os sabores clássicos americanos que seu fundador conheceu durante uma viagem aos Estados Unidos.

Criada por Bruno Westphal na volta da viagem, em 2019, a hamburgueria abriu uma unidade no Bourbon Shopping Canoas. Inspirado pelos sanduíches que provou em sua temporada americana, Westphal obteve sucesso no delivery antes de essa modalidade se tornar quase obrigatória.

0 crescimento motivou a estreia presencial e inspira planos para formar uma rede de franquia.

Um sonho multimodal

Com tantos sonhos que levam décadas para se concretizar e muitos perdidos no caminho, o Rio Grande do Sul tem um novo ensaio de projeto. As recentes concessões de infraestrutura animaram investidores a examinar a criação de um terminal logístico combinando rodovia, hidrovia e ferrovia.

Com três rodovias estaduais, duas federais, uma ferrovia que liga Porto Alegre a Rio Grande, e a confluência dos rios Jacuí e Taquari, General Câmara quer se credenciar para abrigar um terminal logístico multimodal.

Em encontro virtual com o ministro da Infraestrutura Tarcísio de Freitas, a RV ímola, empresa que atua na logística de vacinas para a covid-19 e no transporte de medicamentos, manifestou intenção de investir ao prefeito de General Câmara, Helton Barreto (PP), e ao senador Lasier Martins (Podemos). Tarcísio disse ver o projeto "com bons olhos", lembrando que o governo federal faz a dragagem do Rio Taquari. Conforme o ministro, a criação do terminal privado do condomínio logístico é rápida. O passo seguinte seria o alfandegamento (espécie de declaração de área para atuação do fisco) na **Receita Federal**, a partir de contrato próprio de terminal portuário. O ministro sugeriu que a logística multimodal da CMPC, de Guaíba, que acabou de garantir em leilão a concessão de parte do porto de Pelotas, seja referência para ajudar a estruturar o projeto.

Site: https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/#page/1

Guedes sugere vender estatais para erradicar pobreza

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem, durante audiência pública na Câmara dos Deputados, que empresas estatais podem ser vendidas para que o governo reúna recursos para formar um fundo de erradicação da pobreza. De acordo com o ministro, esse fundo seria temporário e se destinaria a beneficiar famílias de baixa renda.

"Podemos fazer um plano de quatro, cinco anos, vendemos empresas estatais para um fundo de erradicação da miséria. Durante dois, três, quatro anos, vou transferir propriedades, dar ativos para os mais frágeis brasileiros. isso terá de ser um esforço conjunto com o congresso, via PEC [Proposta de Emenda Constitucional]", declarou o ministro.

Guedes também disse que o auxílio emergencial, quando terminar, terá de ser substituído por outro benefício sustentável, ou seja, com uma fonte de financiamento permanente. O governo pagou, no ano passado, R$ 600 nas cinco primeiras parcelas do auxílio emergencial, entre abril e agosto de 2020, e as quatro últimas de R$ 300 - de setembro a dezembro do ano passado. Neste ano, o benefício foi retomado em abril, com o pagamento previsto de quatro parcelas. O valor varia de R$ 150 a R$ 375.

"O auxílio emergencial, quando for interrompido, tem de ser substituído por um Bolsa Família sustentável, valor mais alto que R$ 170, mas não sei se vamos chegar a R$ 600", disse ele.

Guedes disse ainda que o governo deve lançar em breve um programa para os chamados "invisíveis", pessoas que não têm emprego formal nem são cobertas por medidas de auxílio econômico governamentais. Ele voltou a citar o programa Bônus de Inclusão Produtiva (BIP) e disse que deve "soltar isso brevemente". Em entrevista ao jornal O Globo no domingo, Guedes disse que o BIP deve pagar entre R$ 200 e R$ 300 para pessoas que fizerem curso preparatório para o mercado de trabalho.

"Algum programa nós vamos dirigir para os invisíveis. Para quem não tem nem BPC nem Bolsa Família e estão andando por aí em busca de seu ganha-pão. É o nosso principal desafio", afirmou Guedes, em audiência pública conjunta das comissões de Finanças e Tributação; Educação; Trabalho, Administração e Serviço Público; e **Seguridade Social** e Família da Câmara dos Deputados.

Questionado sobre a possibilidade de criação de um novo Refis para parcelar as dívidas das empresas, Guedes citou que o modelo de transação tributária já recuperou mais de R$ 80 bilhões em débitos. "É melhor limpar a ficha e tirar as empresas da lista de devedores. Em vez das pessoas ficarem com a ficha suja pelo resto da vida, paga o que for possível e fica zerado com a **Receita Federal** para começar uma vida nova. Damos um desconto nessa modalidade que achamos melhor que o Refis", completou.

Após ter defendido a cobrança de **impostos** sobre os livros no ano passado, o ministro negou ter defendido a taxação sobre os livros. "Jamais tive projeto de taxar livros. Desafio alguém a mostrar isso. Inventam uma mentira e ficam repetindo até funcionar. É possível que a defesa do Imposto Sobre Valor Agregado (IVA), uma assessoria que tínhamos aqui (Vanessa Canado) tenha dito que ele é geral para todos os setores", argumentou Guedes.

Site:
https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642

Aras defende troca de dados entre Receita e MPE sem autorização

O procurador-geral da República Augusto Aras defendeu o compartilhamento de dados entre a **Receita Federal** e o Ministério Público Eleitoral sem autorização judicial. Em parecer enviado ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF), o PGR sustenta que a Corte deve manter entendimento semelhante ao que validou o intercâmbio de informações do Fisco e do Coaf (hoje Unidade de Inteligência Financeira, UIF) com o Ministério Público em investigações criminais.

O caso será discutido pelo STF em recurso da Promotoria Eleitoral contra decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que considerou "ilícita" a prova obtida pelo compartilhamento de dados sem autorização da Justiça.

Segundo Aras, a troca de informações é legítima e prevista em portaria conjunta do Fisco com a Justiça Eleitoral. Após as eleições, o Tribunal Superior Eleitoral repassa à **Receita Federal** as prestações de contas das campanhas e as doações eleitorais. Os auditores cruzam os dados com as bases do Fisco e remete ao tribunal uma lista de possíveis doações suspeitas de violarem a lei.

Os dados são repassados à Promotoria Eleitoral, que propõe representações por doações feitas acima do limite legal para pessoas físicas, hoje fixado em 10% dos rendimentos brutos do cidadão no ano anterior.

Aras sustenta que, apesar da troca ser legal, a jurisprudência do TSE passou a reconhecer como "ilicita" as provas obtidas pelo Ministério Público a partir do compartilhamento de dados sem autorização judicial. As informações repassadas seriam o nome e o CPF do doador, o valor da doação e os rendimentos declarados à **Receita Federal** no ano anterior.

"Os dados econômicos e financeiros referentes às doações eleitorais, que servem para verificação dos limites permitidos e possível cometimento de irregularidades, inserem-se na esfera da intimidade que reverbera para o âmbito público, pois não têm relação direta com o essencialmente íntimo e indevassável do indivíduo, espraiando-se para a dimensão de outros, notadamente do Estado", alegou o PGR. "Inexiste, portanto, devassa ou acesso indiscriminado a todas e quaisquer informações detidas pela **Receita Federal**".

No parecer, Aras afirma que o compartilhamento de informações mantém a preservação do sigilo.

Site:
https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642

"Jamais tive projeto de taxar livros", diz Guedes

Após ter defendido a cobrança de **impostos** sobre os livros no ano passado, o ministro da Economia, Paulo Guedes, negou ontem ter defendido a taxação sobre os livros. "Jamais tive projeto de taxar livros. Desafio alguém a mostrar isso. Inventam uma mentira e ficam repetindo até funcionar. E possível que a defesa do Imposto Sobre Valor Agregado (IVA), uma asses-soria que tínhamos aqui (Vanessa Canado) tenha dito que ele é geral para todos os setores", argumentou Guedes em audiência pública na Câmara dos Deputados, em resposta a um questionamento do deputado federal Marcelo Freixo (PSOL-RJ).

Em julho do ano passado, Guedes levou pessoalmente ao Congresso a primeira fase da proposta de **reforma tributária** do governo, com a criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), com alíquota de 12%. O novo tributo substituirá o PIS e a Cofins - que hoje não são cobrados sobre os livros.

Em agosto de 2020, o mesmo Freixo confrontou Guedes sobre essa taxação. "Tenho certeza que o deputado tem dinheiro para comprar livros e pagar o imposto, ele está preocupado com as classes mais baixas. Mas a população mais pobre está mais preocupada em sobreviver do que frequentar livrarias como nós. Vamos doar os livros para as pessoas mais pobres, e não isentar o deputado Marcelo Freixo", respondeu Guedes na ocasião.

Em abril deste ano, o Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) e o jornal O Estado de S. Paulo mostraram que, em novo documento sobre perguntas e respostas sobre o projeto de fusão da PIS/Cofms em um único tributo, a **Receita Federal** alegou que os livros podem perder a isenção tributária porque são consumidos pela faixa mais rica da população (acima de 10 salários mínimos).

Com a arrecadação a mais, a Receita diz que o governo poderá "focalizar" em outras políticas públicas, como ocorre em medicamentos, na área de Saúde, e em Educação.

A tributação de livros foi consagrada pelo escritor Jorge Amado na constituinte de 1946 a isenção de **impostos** para o papel utilizado na impressão de livros, jornais e revistas. A luta, inspirada nas reivindicações de intelectuais, editores e escritores, pretendia tornar a matéria-prima acessível às diferentes vozes presentes no debate público, garantindo a livre manifestação do pensamento e discussão de idéias.

Era preciso, de uma vez por todas, deixar para trás os nove anos em que a sociedade brasileira viveu sob a batuta do Estado Novo. Mas, passadas sete décadas e quatro anos, o assunto voltou à tona de novo. (.Agência Estado, com redação)

Site: http://impresso.dm.com.br/edicao/20210505

Receita Federal recebeu pouco mais da metade das declarações do IRPF

Apenas 52% dos contribuintes já enviaram declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) de 2021. A informação é da **Receita Federal**, que divulgou o primeiro balanço de maio.

A 27 dias do fim do prazo, o Fisco ainda espera receber até 32.619.749 declarações. O prazo de entrega começou em 1º de março e vai até 31 de maio, data limite adiada em um mês devido às dificuldades no recolhimento de documentos impostas pela pandemia da Covid-19.

O prazo pode ser novamente adiado, pois a Câmara dos Deputados já aprovou projeto de lei que propõe um prazo limite em 31 de julho.

O texto também foi aprovado no Senado e agora depende de sanção presidencial para ser confirmado.

O contribuinte que perder o prazo de envio da declaração terá de pagar multa de R$165,74, ou 1% do imposto devido, prevalecendo o maior valor. A declaração é obrigatória para quem recebeu acima de R$28.559,70 em rendimentos tributáveis em 2020, ou seja, um salário acima de R$1.903,98, incluído o 13º salário.

Também deve entregar a declaração quem tenha recebido rendimentos isentos acima de R$ 40 mil em 2020, quem tenha obtido ganho de capital na venda de bens ou realizado operações de qualquer tipo na bolsa de valores, quem tenha patrimônio acima de R$ 300 mil até 31 de dezembro do ano passado e quem optou pela isenção de imposto de venda de um imóvel residencial para a compra de um outro imóvel em até 180 dias.

Pelas estimativas da **Receita Federal**, 60% das declarações terão restituição de imposto, 21% não terão imposto a pagar nem a restituir e 19% terão imposto a pagar. Assim como no ano passado, serão pagos cinco lotes de restituição. Os reembolsos serão distribuídos nas seguintes datas: 31 de maio (primeiro lote), 30 de junho (segundo lote), 30 de julho (terceiro lote), 31 de agosto (quarto lote) e 30 de setembro (quinto lote). As datas não mudaram, mesmo com o adiamento do prazo de entrega da declaração.

Entre as principais novidades nas regras deste ano, está a obrigatoriedade de declarar o auxílio emergencial de quem recebeu mais de R$ 22.847,76 em outros rendimentos tributáveis e a criação de três campos na ficha "Bens e direitos" para o contribuinte informar criptomoedas e outros ativos eletrônicos.

O prazo para as empresas, os bancos e as demais instituições financeiras e os planos de saúde fornecerem os comprovantes de rendimentos venceu em 26 de fevereiro. O contribuinte também deve juntar recibos, no caso de aluguéis, de pensões, de prestações de serviços, e notas fiscais, para comprovar deduções. (Brasil 61/ABr)

Site: https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-05-05-2021/

Reforma tem que "atacar" desonerações

BRASÍLIA Agência Brasil

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem (4) que a proposta de **reforma tributária** tem que "atacar" programas de isenções e desonerações tributárias que favorecem empresas e diferentes setores da economia. Segundo o ministro, os subsídios não devem constar do projeto, cujo relatório foi apresentado na comissão especial do Congresso Nacional que analisa o tema pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defende o "fatiamento" do texto para facilitar a aprovação da proposta. De acordo com Lira, a ideia é que os parlamentares comecem a votar os temas mais simples e consensuais da reforma e deixem os mais complexos para ser debatidos amplamente ao longo do ano.

Guedes participou de audiência pública para responder a questionamentos de integrantes de quatro comissões permanentes da Câmara dos Deputados. Questionado a respeito de cerca de R$ 300 milhões em isenções de **impostos** e R$ 4 trilhões em contenciosos judiciais e classificou como "manicômio tributário" o sistema de cobrança de **tributos** no país.

"A nossa **reforma tributária** tem que atacar esse problema. Boa parte desses subsídios precisam ser removidos. Se os **impostos** forem mais baixos, funcionais e com uma base mais ampla, vamos reduzir tanto os contenciosos de quem tem poder econômico quanto as desonerações e subsídios de quem tem poder político. Vamos atacar isso juntos, aí no Congresso, durante a **reforma tributária**", afirmou.

REFIS Durante audiência, Guedes foi questionado sobre a possibilidade de o governo editar um novo programa de refinanciamento de dívidas de empresas, o chamado Refis. O ministro disse preferir a realização de negociações individuais da **Receita Federal** com devedores, como forma de renegociar as dívidas.

"Não é que eu seja contra com o Refis. Nós já tivemos quatro, cinco, seis, sete Refis. Nós preferimos desenhar uma nova ferramenta, que está tendo muito sucesso e que a gente chama de transação tributária", disse Guedes. O ministro afirmou que, pelo programa, a **Receita Federal** faz um diagnóstico da situação da empresa e propõe um desconto para o pagamento das dívidas, como forma de resolver a situação fiscal.

"Você vai fazendo um acordo com a **Receita Federal**, você mergulha nesse regime mais simples, que é a transação tributária, em vez de ficar eternamente refém do Refis", disse. "Você diagnostica a situação da empresa e faz uma transação tributária: quanto é que você consegue pagar? Paga o que puder. Até as grandes empresas, mas desde que pagando mais, e nós damos um desconto", acrescentou.

PRIORIDADES

Ao comentar a pandemia de covid-19, o ministro disse que as prioridades do governo para 2021 são "saúde, emprego e renda". "Não pode faltar dinheiro para a saúde", afirmou. Segundo o ministro, o governo estuda apresentar um programa, batizado de Bônus de Inclusão Produtiva (BIP), para os cidadãos que ele chamou de "invisíveis" e que não estão cobertos nem pelo programa Bolsa Família, nem pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC). Guedes, entretanto, não deu detalhes sobre a proposta. "Esse é o nosso maior desafio agora. São os invisíveis.

É o pessoal que não tem nem o BPC, nem o Bolsa Família. Primeiro tem que ter vacinação em massa para, pelo menos, eles tentarem ganhar o pão deles. E algum programa nós vamos dirigir para estes. Nós já formulamos o Bônus de Inclusão Produtiva e vamos estar analisando e, possivelmente, soltando isso brevemente", afirmou

Site:
https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login#page/28

Aposentados: 13º a partir de 25 de maio

INGRID SOARES

O presidente Jair Bolsonaro assinou ontem o decreto que antecipa o pagamento do 13º salário a aposentados da **Previdência Social**, o chamado abono anual. Segundo a Secretaria-Geral da Presidência, o pagamento ocorrerá em duas parcelas: a primeira entre 25 de maio e 8 de junho, e a segunda entre 24 de junho e 8 de julho. A medida deverá ser publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira.

Segundo o Ministério da Economia, a antecipação tem por objetivo incrementar a renda dos beneficiários que fazem jus ao abono. A projeção é injetar R$ 52,7 bilhões na economia do país, de modo a estimular a retomada das atividades, afetadas pelo impacto da pandemia do novo coronavírus. A pasta relata que 31 milhões de pessoas terão direito à antecipação do pagamento.

A medida já havia sido anunciada pelo ministro Paulo Guedes. Normalmente, a primeira parcela do 13º da Previdência, com 50% do valor do pagamento, é liberada com o benefício de agosto e a segunda parte, com o de novembro.

A maioria dos beneficiários da **Previdência Social** é formada por pessoas idosas, doentes ou inválidas, portanto integrantes dos grupos mais vulneráveis ao coronavírus, que terão, por meio da medida, maior segurança financeira neste momento delicado para a saúde e a economia.

A medida não tem impacto orçamentário, já que haverá somente a antecipação do pagamento do benefício, sem acréscimo na despesa prevista para o ano, diz trecho da nota divulgada pelo governo.

Nesta semana, Guedes prometeu outras medidas, como o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), mas não especificou datas. Na semana passada, foi publicada medida provisória que recria o Benefício Emergencial para a Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), que permite a redução dos salários e da jornada de trabalho mediante acordo entre empresas e trabalhadores.

Guedes reclama de críticas e reconhece "fase turbulenta"

Rosana Hessel

O ministro da Economia, Paulo Guedes, demonstrou irritação, ontem, com as críticas de frases ditas por ele supostamente "fora de contexto" e de ministros que reclamaram de cortes no Orçamento, principalmente o ministro de Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes. Apesar de a tesoura da União ter afetado até mesmo os recursos para a saúde, o ministro afirmou que não pode faltar dinheiro para a área, sobretudo ao enfretamento da COVID-19.

"Não vamos subir em cadáveres para fazer política. Estamos em uma guerra contra o vírus e precisamos botar avida em primeiro lugar. Toda a ideia do governo é saúde, emprego e renda. A vacinação em massa é o grande desafio", afirmou, em audiência pública conjunta das comissões de Finanças e Tributação; Educação; Trabalho, Administração e Serviço Público; e **Seguridade Social** e Família da Câmara dos Deputados.

Paulo Guedes pediu "respeito e tolerância". Ele destacou o bloqueio de R$ 200 milhões para a fabricação de vacinas contra o novo coronavírus e mandou o ministro astronauta, Marcos Pontes, parar de lançar foguetes. Segundo o chefe da equipe econômica, Pontes teve aumento de R$ 5 bilhões nos recursos deste ano, mas reclamou do corte para a vacina.

O conselho do ministro da Economia é que o colega escolha onde fazer os cortes e evite lançar satélites para focar no que é mais importante no momento atual. "Se tem prioridade, para de soltar foguete e prioriza a vacina", alfinetou Guedes. Na conversa com os deputados, o ministro da Exonomia condenou a polarização política. "Temos que escapar dessa espiral de ódio, de divisão entre brasileiros, que é um descredenciamento da nossa democracia. É preciso ver o que há de virtude no outro lado e fazer as críticas. Essa escalada não interessa à população brasileira. Quem achar que vence na base do ódio não vai dar certo", completou o ministro.

Na audiência virtual com os deputados, o ministro usou uma frase do discurso de posse da ex-presidente Dilma Rousseff para tentar pacificar os ânimos e explicar como os rumores da política e as incertezas sobre o avanço das reformas acabam afetando o câmbio. "Todo dia tem confusão. Mas, não obstante, preferimos o barulho da democracia do que o silêncio das ditaduras", afirmou. Segundo o ministro, o dólar atualmente está mais elevado.

Ele lembrou aos representantes do conjunto de comissões - Educação (CE); Finanças e Tributação (CFT); **Seguridade Social** e Família (CSSF); e Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) - que, no início do governo, o dólar estava desvalorizado, mas reconheceu que, no patamar atual, em torno de R$ 5,40 ,"está alto", apesar de justificar que a cotação é reflexo das incertezas. "E tudo afeta muito o câmbio, como as dúvidas sobre se vamos prosseguir com as reformas, os boatos de que vou deixar o governo. Vivemos uma fase difícil e turbulenta", afirmou.

De acordo com o ministro, a recente valorização dos preços das commodities (preços de produtos agrícolas e minerais cotados no mercado internacional) e o dólar mais caro contribuíram para a alta do preço do gás de cozinha e da gasolina. Ele ressaltou que o Brasil ficou mais rico com a alta dos preços das commodities, mas que não houve transferência dessa riqueza.

Nesse sentido, defendeu a bandeira da "fraternidade", reforçando a tese de uma pacificação política aos parlamentares da Câmara, coincidentemente, no mesmo momento em que ocorria a primeira audiência pública Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da COVID-19 do Senado Federal, com depoimento do ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta.

"Temos que aumentar o equilíbrio com fraternidade e com o coração macio", defendeu Guedes. Ele reforçou a necessidade da manutenção da responsabilidade fiscal durante as medidas de aumento de gasto público no combate à covid-19. "O Brasil, como sociedade, precisa desse olhar generoso, mas precisa de uma economia funcionando forte até para (o governo) ser generoso", afirmou.

Ao comentar as críticas sobre as frases e promessas ditas por ele, como a de que com R$ 5 bilhões aniquilaria o vírus da CO-VID-19 e o comentário sobre o Fies, programa de financiamento estudantil, e o filho do porteiro, o ministro reclamou que as frases dele são retiradas de contexto. Contudo, pediu desculpas se foi mal interpretado. Ele ainda reclamou que vem sendo

"desrespeitado nas redes sociais".

SAÍDA Ao abordar eventual saída do governo, o ministro da Economia afirmou que tem recebido muitos conselhos para "sair logo" do governo, mas que não concorda com as avaliações de que o governo não esta bem. "Apanhamos dentro do próprio governo, apanhamos fora. Não falta gente que diz sai logo, "custo está alto, governo não está bem". Não é o que eu vejo", disse. Ele admitiu que pode ser derrubado do ministro e que também pode não ter performance satisfatória. "Pode acontecer qualquer coisa. Mas enquanto estiver aqui, tenho que ter censo de responsabilidade e compromisso com melhor resultado possível", destacou.

Site: http://digital.em.com.br/

PT ganhou eleições merecidamente ao criar Bolsa Família, diz Guedes

Thiago Resende brasília

O ministro Paulo Guedes (Economia) disse nesta terça-feira (4) que, ao criar o Bolsa Família, o PT merecidamente conseguiu vencer quatro eleições presidenciais seguidas. Para ele, o programa de transferência de renda aos mais pobres foi uma "belíssima iniciativa".

"[OPT] ganhou quatro eleições seguidas merecidamente, porque fez a transferência de renda para os mais frágeis com um bom programa. Um programa que envolvia poucos recursos e que tinha um altíssimo impacto social", declarou o ministro, em audiência pública na Câmara.

Na verdade, o PT ganhou três eleições após a criação do Bolsa Família, em 2003, primeiro ano da primeira gestão de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República. Lula foi reeleito em 2006, e o partido venceu mais duas eleições, em20io e 2014, com Dilma Rousseff.

Guedes foi questionado sobre a redução no valor do auxílio emergencial, pago a trabalhadores informais e a famílias de baixa renda durante a pandemia. O benefício, no ano passado, foi de RS 600, mas caiu para R$ 300 e, em 2021, pode variar de R$ 150 a R$ 375 Por mês.

Ele respondeu que o programa tem que ser adotado com responsabilidade com as contas públicas, pois o dinheiro que banca a medida precisa sair de algum lugar. Por entraves financeiros, segundo o ministro, os governo do PT deixaram o benefício médio do Bolsa Família na faixa de R$ 170 por mês.

"Numa democracia, você da mérito ao que foi bem-feito. Agora explica: por que não foi feito antes esse auxílio emergencial de R$ 600? Porque os R$ 600 já são mais difíceis e exigem bases de financiamento sustentáveis a longo prazo", afirmou o ministro.

A nova rodada do auxílio emergencial tem previsão de término em julho. Reportagem publicada pela Folha nesta terça (4) mostrou que, diante do atraso na chegada de vacinas contra o coronavírus, o presidente Jair Bolsonaro tem sido pressionado pelo Congresso a acelerar o processo de criação de um programa social que substitua o auxílio emergencial.

A ideia do governo Bolsonaro é reformular o Bolsa Família a partir de agosto, ampliando a transferência de renda aos mais vulneráveis. Ainda não há previsão para a proposta ser apresentada.

A audiência na Câmara reúne membros de quatro comissões: trabalho; finanças e tributação; educação; e **seguridade social**.

Guedes participaria de um debate na comissão de fiscalização financeira da Câmara e controle também nesta terça, mas ele não compareceu. Com isso, o colegiado aprovou um novo convite para que o ministro vá à Câmara, presencialmente, em junho.

Se Guedes não forem junho, a comissão pretende aprovar então uma convocação, quando uma autoridade é obrigada a comparecer.

Ainda nesta terça, a comissão de fiscalização financeira e controle aprovou um convite para o ministro André Mendonça (Advocacia-Geral da União) e Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional) prestem esclarecimentos sobre disseminação de notícias falsas sobre a pandemia propagadas pelo governo por meios institucionais e também nas redes sociais.

Fase é turbulenta, mas dólar vai cair, afirma ministro

O ministro Paulo Guedes também disse que o país passa por uma "fase difícil e turbulenta", mas previu que o dólar começará a cair.

"Todas essas incertezas, a doença [Covid-19], a perspectiva de recessão, tudo isso afeta muito [o câmbio]. A dúvida sobre se nós vamos conseguir ou não prosseguir com as reformas, os boatos sobre um ministro pode cair, pode não cair. Nós vivemos uma fase difícil, turbulenta. Não é nada suave aqui", declarou em audiência pública na Câmara. Ele citou que o dólar está mais alto do que o esperado. "Então, o fato de estar com o dólar um pouco acima, seria ótimo se caísse. Eu acho que vai cair aí na frente", afirmou o ministro, lembrando da alta nas exportações de commodities e o impacto disso no saldo comercial brasileiro.

O dólar fechou esta terça cotado a R$ 5,43.

Um programa [Bolsa Família] que envolvia poucos recursos e que tinha um altíssimo impacto social

Paulo Guedes

ministro da Economia

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49518

Revisão do FGTS: julgamento no STF pode alterar índice de correção monetária; entenda

Por G1 Ribeirão Preto e Franca

Aplicativo app FGTS da Caixa - Foto: Fabiana Figueiredo/G1

O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para o dia 13 de maio o julgamento da Ação Direta de Constitucionalidade que vai definir se os depósitos nas contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) poderão ser atualizados com índice de correção monetária diferente da Taxa Referencial (TR) fixada pelo Banco Central.

A Caixa Econômica Federal (CEF), que é a gestora do FGTS, afirma que a aplicação da taxa não é uma escolha dela, mas uma imposição do artigo 17 da Lei nº 8.177/91.

Segundo o especialista em previdência Hilário Bocchi Junior, a Taxa Referencial é fixada pelo Banco Central para indicar a previsão da **inflação**, mas apresenta índices diferentes e menores do que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

"Muitos trabalhadores e órgãos de classe estão questionando na Justiça a aplicação da TR como índice de correção monetária do FGTS e pedem a aplicação de outro índice que represente a real **inflação** do país", afirma.

Anteriormente, o Senado e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já se pronunciaram no sentido de que o STF não pode exigir que a Caixa aplique um índice diferente daquele que está previsto em lei.

Você tem dúvidas sobre aposentadoria e outros benefícios? Envie para o e-mail podeperguntar@eptv.com.br.

Processos suspensos

Em casos com múltiplas ações repetitivas, o tribunal pode determinar que todos os processos que tratam do mesmo assunto sejam suspensos até que seja dado um pronunciamento definitivo para o tema.

"Todos os processos do país que discutem a aplicação da TR como índice de correção monetária do FGTS estão suspensos e deverão voltarão a tramitar somente depois da decisão do STF", diz Hilário.

Novas ações antes de julgamento

O rumor de que o STF beneficiará somente quem já tiver um processo criou um movimento anormal nos escritórios de advocacia, segundo Bocchi Junior. Ele explica que o trabalhador pode iniciar uma causa sem a intervenção de advogado diretamente no Juizado Especial Federal.

"É preciso anexar ao processo o extrato do FGTS que pode ser obtido no site da Caixa e fazer uma planilha de cálculo apresentando o valor pretendido. A planilha de cálculo pode ser feita na calculadora do site do Tribunal do Rio Grande do Sul", afirma.

O trabalhador também deve apresentar os documentos pessoais como carteira de trabalho, CPF, RG e comprovante de residência.

"Para quem perdeu ou não tem todas as carteiras de trabalho é possível baixar o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) no site do **INSS**."

Leia mais notícias sobre aposentadoria e direitos trabalhistas

VÍDEOS: Tudo sobre Ribeirão Preto, Franca e região

Site: https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/pode-perguntar/noticia/2021/05/05/revisao-do-fgts-julgamento-no-stf-pode-alterar-indice-de-correcao-monetaria-entenda.ghtml

BPC-Loas dá direito à pensão por morte para dependente?

Veja também

Resposta: Não.

O BPC é um benefício assistencial que paga um salário mínimo a pessoas idosas ou com deficiência muito pobres e, para ter direito a ele, não é necessário ter contribuído para o **INSS**.

No entanto, este benefício não paga 13º salário e não gera pensão por morte.

Uma vez morto o beneficiário, o benefício se extingue.

Tem direito ao BPC o brasileiro, nato ou naturalizado, e as pessoas de nacionalidade portuguesa, desde que comprovem residência fixa no Brasil e renda por pessoa do grupo familiar inferior a ¼ de salário mínimo atual (R$ 1.100).

Além disso, devem se encaixar nas seguintes condições:

Para o idoso:

- ter 65 anos ou mais

Para a pessoa com deficiência:

O BPC pode ser pago à pessoa com deficiência de qualquer idade, desde que apresente impedimentos de longo prazo (mínimo de 2 anos) de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. A comprovação da deficiência é analisada pelo Serviço Social e pela Perícia Médica do **INSS**.

A renda familiar de até ¼ do salário mínimo por pessoa é calculada com as informações do Cadastro Único (CadÚnico) e dos sistemas do **INSS**.

O Cadastro Único, que é administrado pelos CRAS, deve estar atualizado há menos de dois anos e conter o CPF de todas pessoas da família.

Fonte: **INSS**

Tem alguma dúvida sobre economia, dinheiro, direitos e tudo mais que mexe com o seu bolso? Envie suas perguntas para "O que é que eu faço, Sophia?" pelo e-mail sophiacamargo@r7.com .

Site: http://noticias.r7.com/prisma/o-que-e-que-eu-faco-sophia/bpc-loas-da-direito-a-pensao-por-morte-para-dependente-05052021

1.276 armas nas ruas em 4 meses

O DF ocupa a 10º posição com o maior número de pessoas que têm porte de armas permitidas, com base no levantamento obtido pelo Correio por meio da Polícia Federal (PF). Nos quatro primeiros meses deste ano, houve a emissão de 125 autorizações, sendo 115 para defesa pessoal, seis para segurança de dignatários e quatro para uso funcional.

Outro estudo mostra que o número de registros expedidos pela PF, entre janeiro e abril de 2021, representam 1.276 armas novas. Dessas, 1.006 foram solicitadas por cidadãos, 161 por **servidores públicos** (porte por prerrogativa de função), 75 por órgãos públicos sem taxa, 20 para outras categorias e 14 para empresas privadas.

Em entrevista ao Correio, o especialista em segurança pública Leonardo Sant"Anna avalia que o porte de armas legalizado não afeta diretamente os aspectos de segurança. "A legalização é algo que existe, mas, recentemente, traz um novo formato, menos burocrático. Não é muito diferente de obedecer regras para outras tarefas consideradas de risco, como conduzir um caminhão com produtos perigosos ou para pilotar uma aeronave. Todas têm certo perigo. Mas, se parâmetros forem estabelecidos e devidamente fiscalizados, a chance de gerar problemas é quase nula", pondera.

O especialista alerta para os riscos em manusear armas, mesmo por pessoas treinadas. "O melhor exemplo é quando alguém que tem a CNH acha que pode dirigir um veículo de Stock Car, preparado para competição. Saber dirigir não habilita ninguém a entrar em um carro de corrida. Com armas não é diferente. E quem é realmente treinado sabe disso", aponta.

125Número de porte de arma permitidas emitidos, no DF, entre janeiro e abril de 2021

Casos de Covid-19 explodem entre servidores do Ministério da Saúde

RENATA MARIZ renata.mariz@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Principal centro de comando do enfrentamento da pandemia no país, o Ministério da Saúde em Brasília registrou um salto considerável de servidores contaminados ou com suspeita de Covid-19. De janeiro a março de 2021, foram 157 casos, mais que o triplo das 44 notificações computadas ao longo de todo o ano passado. No mesmo período, o Distrito Federal registrou um aumento de 36% de casos confirmados.

Os dados oficiais obtidos pelo GLOBO mostram ainda que a explosão de casos confirmados e suspeitos ocorreu no momento em que houve mais servidores fazendo trabalho presencial. Enquanto em2020 a média de funcionários em "home office" foi de 786 por mês, em 2021 (até março) esse índice caiu para570.

No total, o ministério tem 19.520 servidores ativos em Brasília. Ou seja, menos de 3% trabalharam de casa no momento mais crítico da pandemia no país: os primeiros meses de 2021.

A estatística de casos confirmados e suspeitos de Covid-19 entre servidores do Ministério da Saúde pode estar ainda subestimada, apontou a própria pasta por meio da Lei de Acesso à Informação. Isso porque atestados apresentados pelos trabalhadores não precisam obrigatoriamente ter a identificação da doença, caso o paciente não autorize.

"Portanto, os números dos afastamentos de servidores do Ministério da Saúde com suspeita e casos confirmados de Covid-19 informados podem não retratar fielmente a realidade, visto que o servidor pode ter optado em não constar o CID [classificação internacional de doenças] no atestado", afirmou a pasta.

O Distrito Federal chegou ontem, de acordo com dados do consórcio de imprensa, a 382.231 casos confirmados de Covid-19.

Os dados sobre o Ministério da Saúde referem-se a **servidores públicos** federais lotados em Brasília, e não englobam os demais colaboradores, como os terceirizados na pasta, o que faria o número de contaminações aumentar.

Relatos colhidos pelo GLOBO apontam que algumas secretarias do ministério resistiam em adotar o trabalho remoto ainda na gestão do ex-ministro Eduardo Pazuello, muito alinhado ao presidente Jair Bolsonaro, que frequentemente provoca aglomerações e ataca medidas de proteção. Uso de máscaras também não era seguido com rigor em alguns departamentos, contam colaboradores que temem se identificar por medo de represálias.

O atual ministro, Marcelo Queiroga, chegou a flagrar desrespeito às normas sanitárias em seus primeiros dias na pasta, e advertiu servidores sobre a necessidade de máscaras, conforme mostrou o colunista Lauro Jardim, do GLOBO. Dias depois, Queiroga anunciou uma portaria para tomar obrigatório o uso da proteção facial dentro das dependências do ministério.

Procurada, a pasta não comentou o salto dos casos em 2021. Argumentou, contudo, que "tem priorizado o trabalho remoto aos grupos de riscos" listados em instrução normativa editada pelo Ministério da Economia e seguida pela Saúde "desde março de 2020". A pasta informa que é "responsabilidade exclusiva de cada servidor reconhecer e comunicar a chefia imediata sobre sua situação, a fim de realizar suas atividades de forma remota".

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

A bússola da opinião pública (2)

GAUDÊNCIO TORQUATO

Todos os dias ouvimos ou lemos sobre os danosos efeitos da pandemia nas classes que povoam a pirâmide social. Os efeitos estarão na lista prioritária dos fatores que influenciarão o processo decisório do eleitor em 2022, daí a conveniência de um olhar analítico sobre a questão. Pesquisa recente do Instituto Locomotiva dá conta de que cerca de 5 milhões de brasileiros saíram da classe média C para a classe baixa. As classes médias com cerca de 100 milhões de pessoas, abrigam três grupamentos, com ganhos entre R$ 3 mil e R$ 10 mil; pela primeira vez em 10 anos, a faixa com renda familiar entre R$ 265 e R$ 2,2 mil, ou seja, 47% da população, desce um degrau na escada.

A par da perda de renda, essa classe média sofre o forte choque causado por perda de status. Sabe-se que o sonho de uma família é não apenas garantir sua posição na pirâmide social, mas tentar subir mais um degrau, alcançando um andar mais alto.

O trauma psicológico decorrente dessas perdas se traduz em acentuada sensação de desconforto, insegurança, ansiedade, com sequelas sobre comportamentos e atitudes. Se a tendência de queda bater no segundo semestre do próximo ano, teremos um eleitor de classe média profundamente contrariado. Por lógica simples, trata-se de um perfil tendente a votar em candidatos abrigados nas roças da oposição.

Ora, dos cerca de 150 milhões de eleitores brasileiros, o grupamento reunido sob o teto de conscientização política provém das áreas da classe média. Se considerarmos três faixas de classes médias - C, B e A (menor, médio e maior poder aquisitivo), veremos que aí se abrigam profissionais liberais, pequenos e médios proprietários, comerciantes e comerciários, **servidores públicos** de todas as esferas e poderes, autônomos, que perderam suas vagas no mercado de trabalho, enfim, pessoas que acompanham a política de forma mais estreita, discutem fatos do cotidiano, tecem loas e críticas aos protagonistas da cena institucional.

São tais figurantes os principais sopradores do balão da Opinião Pública. Esse balão, lembre-se, é formado pelos inputs - cargas informativas, interpretativas e opinativas - que batem no sistema de cognição de participantes da vida social. Os fatos - notícias, ações, boatos - entram em tubas de ressonância, sendo uma voltada para o nivelamento da compreensão e outra para exageros e exacerbação.

Ou seja, as pessoas tendem a nivelar os inputs que lhes chegam pelo conhecimento de política, pela compreensão sobre o disse-disse das ruas. Ou a superdimensionar as versões que conhecem, sendo, neste caso, canais de propagação de exageros. A massa amalgamada de pensamentos - de todos os tipos e portes - forma o balão da Opinião Pública.

Papel de destaque terão as lideranças comunitárias.

Cada comunidade, seja na esfera horizontal (bairro, região) ou vertical (profissionais liberais, gêneros), possui uma liderança, alguém de destaque, sendo essas referências boas fontes de expressão e pensamento. Comportam-se como tubas da Opinião Pública.

Haverá, portanto, uma tendência maior e é esta que produzirá o discurso eleitoral de 2022. As classes médias, sob esse entendimento, darão o tom do ano eleitoral. É evidente que as margens exercem influência, mas sua forma de pensar liga-se mais à micropolítica, o atendimento às demandas do cotidiano, alimento mais barato, transporte rápido e barato, eficaz atendimento na saúde sem filas, educação de qualidade. O nível de conscientização segue o fluxo das demandas, preenchidas ou não.

Também tais nichos serão influenciados pelo caldeirão que ferverá no andar acima.

Referimo-nos, aqui, à conhecida tese sobre o poder de irradiação de ideias das classes médias. A força da pedra jogada no meio da lagoa. Formam-se marolas que correm até as margens. Essas ondas de opinião acabam sendo internalizadas pelas margens carentes, engrossando os dutos centrais do pensamento da Opinião Pública. São fatores, tendências, posicionamentos periodicamente aferidos por pesquisas de opinião.

Em suma, senhores protagonistas do teatro político, entrem no palco com os olhos e ouvidos colados à Opinião Pública.

* Jornalista, escritor, professor titular da USP e consultor político Twitter@gaudtorquato

Site: https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-05-05-2021/

A terceira via e o PSD - BRASÍLIA - DF

DENISE ROTHENBURG

Enquanto a CPI da Pandemia vai aos poucos refrescando a memória dos brasileiros sobre o processo da tragédia de 411 mil mortes por complicações decorrentes da covid-19, o presidente Jair Bolsonaro e o ex-presidente Lula vão montando o tabuleiro para 2022. Bolsonaro, conforme adiantou a coluna, já tem fechados quatro partidos - PP, PL, PTB, Republicanos e o pequeno a que se filiará. Lula, por sua vez, tem o PT, o PCdoB e deve ter ainda o PSB e o PSol.

Quem está no papel de terceira via é o PSD. Ao fechar a filiação do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, o presidente do partido, Gilberto Kassab, se coloca como gente grande neste jogo, uma vez que já tem em suas fileiras o prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, reeleito com louvor no primeiro turno. Kassab, que estará com Lula esta semana, já avisou que pretende lançar candidato próprio.

CPI 2, governo 0

O governo acredita que o depoimento do ex-ministro da Saúde Nelson Teich vai se somar ao de Luiz Henrique Mandetta, num estado de puro desgaste para o Planalto. Caberá a Marcelo Queiroga a tarefa de tentar empatar o jogo.

Ponto fraco

No caso de Eduardo Pazuello, a avaliação geral é a de que, quanto mais tempo o general pedir para se explicar, pior vai ficar, por causa dos documentos que podem chegar à Comissão. É preciso esclarecer, por exemplo, as negociações de vacinas que Teich tentou fazer e Pazuello não conseguiu dar continuidade.

Os primeiros reflexos da CPI

Bem ou mal, a CPI da Pandemia já produziu efeitos positivos. Na Câmara, a **reforma tributária** é colocada no palco principal das discussões, ainda que não se saiba aonde vai chegar. E o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, corre no sentido de vacinar toda a população até ao final do ano.

Vem por aí

A ideia do governo é transformar a vacinação num atenuante ao desgaste que virá com a CPI. No Planalto, ministros estão convencidos de que, com a população vacinada, os brasileiros vão esquecer as primeiras falas de Bolsonaro contra a vacina chinesa e, também, o pronunciamento da "gripezinha". A oposição, por sua vez, aposta que a CPI ajudará a refrescar a memória do brasileiro sobre o pano de fundo das 411 mil mortes até aqui.

CURTIDAS

Guedes e Wajngarten no alvo/ As discussões de hoje, depois do depoimento do ex-ministro da Saúde Nelson Teich, vão girar sobre a convocação do ministro da Economia, Paulo Guedes, e do ex-secretário de Comunicação Fabio Wajngarten.

Tchau, Aguinaldo/ O presidente da Câmara, Arthur Lira, promete levar a **reforma tributária** ao plenário, mas falta combinar com os líderes. O texto do relator Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) (foto) ainda não é consenso entre os líderes e se não for, não há como encaminhar direto. Há quem aposte que, se Arthur insistir, será mais um tema para o STF. Enquanto isso, no Salão Verde.../ Um vídeo em que aparece a deputada Alê Silva (PSL-MG), no Tik ToK, dançando "Carpinteiro", no Salão Verde da Câmara dos Deputados, com dois assessores, viralizou nos grupos WhatsApp das excelências.

Doutor Ulysses de testemunha/ A gravação, na entrada do plenário, mostra ao fundo, a estátua do presidente da Câmara, Ulysses Guimarães. A cena inusitada foi criticada pela deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC) nas redes sociais: "A deputada bolsonarista Alê Silva não tem mesmo o que fazer na Câmara?! O Brasil com mais de 400 mil mortes por covid e essa criatura usa as dependências da Câmara para fazer dancinha?"

Relator desenhou projeto amplo e abrangente

O relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), lido ontem no plenário da Câmara, prevê a realização de uma **reforma tributária** ampla e abrangente. O texto propõe a unificação de cinco **tributos** em um único imposto, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Com isso, seriam extintos o PIS, a Cofins e o IPI, que são **tributos** federais; o ICMS, que é estadual; e o ISS, municipal.

O objetivo, segundo o parecer do relator, é "modernizar e simplificar o sistema tributário, dar mais transparência aos cidadãos sobre o quanto lhes é cobrado a título de **impostos**, combater a regressividade tributária, findar a guerra fiscal e garantir aos entes tributantes a receita necessária ao desempenho de seu papel constitucional, instituímos o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será complementado pelo Imposto Seletivo".

O relatório foi apresentado na forma de um substitutivo às propostas de Emenda Constitucional nº 45/2019 e nº 110/2019.

O parecer prevê, ainda, a instituição de um Imposto Seletivo, que incidiria sobre determinados bens, como cigarros e bebidas, algo nos moldes do que é chamado entre especialistas por "imposto do pecado", e já foi defendido pelo ministro Paulo Guedes, no ano passado.

A transição para o novo sistema tributário, segundo o relatório, seria gradativa e ocorreria em um prazo de seis anos - menor período do que o previsto pela PEC 45/2019. Após esse processo, a alíquota do IBS seria decidida, sendo a soma dos **impostos** da União, dos estados e dos municípios.

Ribeiro havia sugerido que fossem preservados benefícios fiscais pelo dobro do período de transição para atividades como a agropecuária, serviços de saúde e educação, entre outros. Além disso, o parecer também recomendava a implementação de um programa para restituição do imposto pago por famílias de baixa renda em alimentos, ao invés das atuais isenções de **tributos**.

Na proposta do relator, o IBS não seria cumulativo. Por isso, as empresas só recolheriam o imposto após descontar o valor gasto com os insumos. De acordo com o deputado, essa medida diminuiria a procura na Justiça para a recuperação de créditos fiscais.

Segundo o texto, o IBS também evitaria a sonegação e poderia diminuir o número de ações judiciais por questões tributárias. "Verificamos que os processos de execução fiscal são verdadeiros gargalos na atividade do Poder Judiciário, sendo os principais responsáveis por sua alta taxa de congestionamento", disse o deputado.

Reforma tributária em rota de incerteza

Israel MedeirosGabriela Bernardes*

Depois da pressionar para que o relatório da proposta de **reforma tributária** fosse apresentado esta semana, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), decidiu extinguir a Comissão Mista que trabalhou no assunto. A decisão foi anunciada logo após o relator da reforma, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), apresentar seu parecer de 110 páginas, na tarde de ontem, e provocou polêmica. Na prática, a medida invalida o relatório e lança dúvidas sobre a continuidade das discussões.

No início da noite, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), divulgou **comunicado** à imprensa em que defende o relator e diz ser razoável permitir que a Comissão finalize os trabalhos. "A comissão mista fez um trabalho longo de aprofundamento sobre a **reforma tributária**. É razoável e inteligente darmos oportunidade de concluírem o trabalho, o que se efetiva com a apresentação do parecer pelo deputado Aguinaldo Ribeiro", diz a nota.

Arthur Lira, porém, sustentou que sua decisão teve caráter meramente técnico, por entender que o número máximo de sessões foi extrapolado. Ao todo, foram realizadas mais de 70 reuniões, sendo que a previsão regimental para comissões mistas é de 40. Segundo ele, devido à complexidade e à delicadeza do tema, foi necessário extinguir a Comissão Mista, tendo em vista que o texto poderia ser contestado judicialmente por descumprir o regimento do Congresso Nacional.

Além disso, afirmou que os trabalhos da comissão não serão perdidos. "O objetivo, na realidade, é o de preservar a tramitação da **reforma tributária** no Congresso Nacional. Quero agradecer imensamente ao relator Aguinaldo Ribeiro, pelo excelente e extraordinário trabalho. E acho que nós partiremos de um conjunto de reflexões já avançadas. Nada se desperdiça no Congresso Nacional. E o relatório final da reforma, sem dúvidas, irá incorporar alguns pontos do relatório do Aguinaldo, senão uma grande parte. Não tenho dúvidas disso", disse.

O presidente da Câmara acrescentou que trabalhará com o relator para construir um texto que possa ser aprovado rapidamente. E repetiu uma frase que usa com frequência: "Entre o tudo e o nada, eu prefiro o melhor possível. É o que faremos", disse. "Se é votando um texto completo da reforma sobre consumo, se é da reforma sobre renda, se é fatiado, ou o que for mais conveniente. Mas o que todos os brasileiros precisam ter consciência é que terá respaldo, segurança jurídica e a maior brevidade possível, com a amplitude de debates nesta Casa para que o sistema tributário brasileiro seja mais simples, menos burocrático e com mais segurança jurídica", completou Lira.

Fatiamento

A confusão indica que não há, ainda, consenso no Congresso sobre a melhor forma de tramitação ou sobre o conteúdo da reforma. Na semana passada, após reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, o presidente da Câmara disse que pretende - com aval do governo - começar as discussões da **reforma tributária** pelos pontos sobre os quais há consenso, para agilizar a aprovação. Temas mais polêmicos, como a recriação de um tributo nos moldes da antiga CPMF, ficariam para o final.

Com isso, o texto pode ser fatiado em quatro partes, com metade dos projetos na Câmara e a outra metade no Senado - ideia que gerou críticas de parlamentares na semana passada. Em discurso no plenário da Câmara, o líder do governo na Casa, Ricardo Barros (PP-PR), afirmou que o objetivo é começar pela simplificação tributária, com a união de **impostos**. "Vamos começar pela simplificação tributária e, depois, avançar na direção de organizar um sistema tributário mais fácil, mais simples, que custe menos para o contribuinte", disse, na ocasião.

Para o cientista político André Rosa, o clima pode esquentar no Congresso após a decisão. Isso porque ele acredita que o relator deve rejeitar a ideia de um fatiamento, pois isso o faria perder o protagonismo no tema. Além disso, com a queda do relatório, todas as emendas também se perdem, sendo que cada uma delas coletou 171 assinaturas na Câmara ou, no caso do Senado, 27.

"**Reforma tributária** é um tema importante, que chama a atenção. O apoio a uma reforma sempre existiu, mas é uma pauta complexa. Envolve muitos setores e indústrias. O relatório do deputado Aguinaldo foi muito amplo, mexeu com muitos setores e, consequentemente, com muitos interesses ao mesmo tempo. Por isso, a narrativa do Lira de fazer uma mais enxuta", disse André Rosa.

*Estagiária sob a supervisão de Odail Figueiredo

Reforma tributária como distração (2)

Vinicius Torres Freire Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA).

Governismo relança plano de mudança menor, também para tentar tirar a atenção sobre CPI

Em uma **reforma tributária** que preste, alguns tipos de empresas vão pagar mais imposto, outras menos, assim como os consumidores de bens e serviços afetados. O objetivo é uniformizar o quanto possível o custo dos **tributos**. A uniformização de carga tributária por setor ou empresa e a simplificação de normas será tanto maior se incluir **impostos** centrais para estados (ICMS) e municípios (ISS). Quanto menos uniformizar e simplificar, menos a reforma vai prestar.

As contas dessas perdas e ganhos nem foram detalhadas, embora se estime que serviços como saúde, educação, telecomunicações e serviços profissionais (como advocacia e consultorias, a depender do regime: se não estão no Simples) devam pagar mais, seja na mudança parcial proposta pelo governo seja na mudança geral que vinha sendo analisada pela Comissão Mista do Congresso.

Com dinheiro na mesa, a discussão engrossa. Se houver rolo político anterior mesmo ao debate de quem paga a conta e quanto, o caldo engrossa e entorna. Voltou a entornar nas últimas três semanas e nesta terça-feira (4) escorreu pelo chão.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-SE), que entre outras coisas quer ser o líder-mor do governo no Parlamento, por ora deu fim à Comissão Mista que unificava projetos (de Câmara e Senado) de uma reforma ampla, geral, que trata de todos os **impostos** relevantes e inclui estados e municípios na mudança. Lira quer tocar a reforma de Paulo Guedes ou do governo, embora Jair Bolsonaro não tenha ideia do que se trata e tende a fazer alguma besteira assim que começar a ouvir queixas de setores afetados. Ainda mais se for relembrado de que, no fim do caminho da reforma de Guedes tem uma espécie de CPMF.

Em tese, o "imposto sobre transações" de Guedes, jamais explicado, serviria para reduzir **impostos** sobre a folha salarial de empresas, carga que seria redistribuída pela sociedade, em particular, diz gente do governo, sobre setores novos ou que pagam pouco de imposto. Na proposta original do governo, "fatiada", também tem pedaços de reforma do IR da pessoa física, com redução geral de alíquota e fim de isenções para saúde e educação -justo, mas rolo na certa.

A aversão a alguma CPMF pode acabar com a reforma do governo que não trata de PIS/Cofins. O assunto, então, estaria morto até 2023, pelo menos.

Lira deu seu tiro na reforma geral quando o parecer sobre a emenda constitucional, aliás bem razoável, era lido pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Guedes não quer a reforma geral. Quer aprovar a mudança e simplificação do PIS/Cofins, que vem de Michel **Temer**.

Embora ainda dê rolo (quem paga a conta), é de fato mais simples fazer essa mudança (em termos técnicos e legislativos). Tem também a vantagem de, talvez, mudar um pouco de assunto na política, dominado pela CPI da Covid. A cortina de fumaça deve ser furada, mas o governismo atropelado pela CPI não tem alternativa. Nem mesmo a ameaça dos comícios golpistas bolsonarianos do final de semana recebeu atenção.

Uniformizar **impostos** é necessário para que se tenha uma economia de mercado funcional. **Impostos** definem custos e, pois, podem distorcer investimentos. Trocando em miúdos bem simples e grossos, um investimento pode ser decidido não porque é rentável (com uso eficiente do capital), mas porque recebe algum favor (redução de **impostos**).

Jogar fora as emendas constitucionais da **reforma tributária** é desperdiçar um trabalho de anos. Mas tal reforma exige acordos sociais, econômicos e políticos complexos. Logo, não parece coisa de governo Bolsonaro.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49518

Presidente da Câmara reafirma que reforma tributária deverá ser fatiada

O presidente da Câmara dos Deputadas, Arthur Lira (PP-AL), voltou a defender o fatiamento da **reforma tributária** para facilitar sua aprovação. Segundo Lira, a ideia é que os parlamentares comecem a votar as temas mais simples e consensuais da reforma e deixem os temas mais complexos para serem debatidos amplamente ao longo do ano.

Ele concedeu entrevista ao programa Canal Livre, da Rede Bandeirantes, no último domingo (2). Para Arthur Lira, a **reforma tributária** é essencial para o País voltar a crescer, pois a legislação atual, na avaliação do presidente, prejudica o crescimento econômico pela falta de segurança jurídica para garantir o investimento. Lira afirmou que está otimista em relação à aprovação da proposta.

"Quando digo que sou otimista, eu sei que todos os temas são difíceis, mas ela é absolutamente necessária. O Pais não pode continuar mais com essa dúvida sobre o pagamento dos **impostos**, não podemos admitir que a Receita faça 1900 regulamentações em cima daquilo que o Congresso faz. Está em discussão no STF uma causa tributária de mais R$ 200 bilhões. A legislação precisa de uma atualização, a nossa **legislação tributária** faliu, está prejudicando o desenvolvimento do nosso País", criticou. Lira destacou que uma das possibilidades seria a votação do texto que institui a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviças (CBS). Essa proposta faz parte da **reforma tributária** que foi encaminhada pelo governo em julho do ano passado e substitui o PIS/Pasep e a Cofins (PL 3887/20). Por outro lado, o presidente afirmou que a possibilidade da inclusão de um imposto digital, o que muitos críticos apontam como a retomada da CPMF, é um tema complexo e, por essa razão, é necessário ampliar o debate.

Site:
https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano_14_edic_a_o_3180

Por um Pacto Nacional Tributário (Marcelo Ramos)

Marcelo Ramos
Deputado federal (PL-AM), é vice-presidente da Câmara

Diante do gigantesco desafio de aprovarmos uma **reforma tributária** num momento de grave crise sanitária, social e econômica, e partindo da constatação realista de que se trata de uma proposta que reúne muitas divergências regionais e setoriais, venho contribuir com uma saída menos complexa e com impacto econômico significativo.

Em muitos fóruns de que tenho participado, venho reunindo opiniões e prováveis soluções que me fizeram refletir acerca dos mais difíceis abismos a contornar no nosso esquizofrênico sistema tributário brasileiro. Nessa busca por consenso, apresentei o que chamo de Pacto Nacional Tributário, um conjunto de propostas que visam não somente a simplificação dos **impostos** , mas que caminha na direção de um sistema tributário mais justo.

É preciso pensar em um texto que traga para o debate mudanças na renda, propriedade, consumo e folha de pagamento, buscando equilíbrio entre essas vertentes. A perdurar esse sistema atual em vigor, altamente regressivo e inibidor de investimentos, seguiremos cobrando mais **impostos**, proporcionalmente, dos mais pobres e com uma política tributária que retrai o crescimento econômico do país.

O Pacto Nacional Tributário que proponho inclui a unificação do PIS/Cofins com o Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), e a Contribuição Sobre Lucro Líquido com o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica. Além disso, defendemos a votação de uma lei nacional de ICMS, que estabeleceria um padrão mínimo e máximo de alíquotas do ICMS, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de cada estado. E um marco regulatório do gasto tributário, que vai definir critérios para a concessão e manutenção de renúncias fiscais.

A proposta de pacto defende, ainda, a realização de mutirões no STF para a votação dos contenciosos tributários de modo que déssemos mais segurança jurídica às empresas. A ideia é unir os três Poderes da República, Legislativo, Executivo e Judiciário, para que sejam realizadas mudanças de natureza infraconstitucionais, mais fáceis de aprovar, e com o objetivo de melhorar o ambiente de negócios no país.

Diversas entidades, como a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), o movimento "Simplifica Já" e o Instituto Brasil 200, com representantes dos setores públicos e privados comprometidos com a melhoria do sistema tributário nacional, declararam apoio à ideia do pacto tributário.

Empresários e entidades de diversos setores que reivindicam um modelo de projeto simplificado para a **reforma tributária** se reunirão conosco, nesta quarta-feira (5), para marcar a formação do Pacto Nacional pela **Reforma Tributária**. São, ao todo, 120 entidades envolvidas, além de economistas como Marcos Cintra e Everardo Maciel , ex-secretários da **Receita Federal**.

O pacto é um sinal de que existe vontade do setor produtivo para apoiar uma reforma mais justa. Buscamos, assim, apresentar ao país uma proposta que não gere desequilíbrios entre os setores econômicos, estimule o emprego, que preserve o equilíbrio federativo e não aumente a já pesada carga tributária brasileira.

TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

Carregando...

Site: https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2021/05/por-um-pacto-nacional-tributario.shtml

Proteção ou penalização das mulheres? (2)

» JOSÉ PASTORE

No meio desta pavorosa pandemia, quando grande parte das empresas não tem receita nem para pagar luz, água e **impostos**, o Senado Federal aprovou Projeto de Lei (PLC 130/2011) que obriga os empregadores a pagar uma multa de até cinco vezes o valor da diferença entre o salário do homem e o da mulher na mesma função se assim for determinado pela Justiça do Trabalho. O projeto está na Câmara dos Deputados onde se cogita passar esse poder aos auditores fiscais.

De fato, os salários das mulheres, em média, são 23% mais baixos do que os dos homens. Mas, quando se analisa separadamente o mercado formal e o informal - onde as mulheres trabalham como diaristas, faxineiras, empregadas domésticas, cuidadoras etc. com salários baixos -, a diferença cai para 17%. Quando se faz o cálculo em salário-hora, a diferença é reduzida a 10%. Como atribuir isso à discriminação?

Diferenças de remuneração decorrem de experiência na profissão e na função, senioridade, especialização, responsabilidade, desempenho pessoal, complexidade do local de trabalho, domínio de tecnologias digitais e outros fatores. Isso requer estudos acurados. A remuneração das médicas americanas, por exemplo, é 29% menor do que a dos médicos na mesma função. Mas, depois de controlar os fatores indicados, cai para 4,6%. Se a lei for aprovada no Brasil, será extremamente difícil para os magistrados ou auditores fiscais separar esses fatores para identificar eventual discriminação.

"Função" também tem muitas nuances. Por exemplo, os gerentes de uma grande agência bancária têm exigências de conhecimento que não são necessárias para um gerente de um pequeno posto de atendimento bancário dentro de uma empresa. A função é a mesma e, muitas vezes, a gerente da grande agência é mulher.

Uma faculdade que ofereça diferentes cursos de graduação pode entender não justificar equiparação de funções e de salário entre um professor de matemática e outro de educação física, bem como entre um professor de direito processual civil e outro de direito tributário e constitucional. É um assunto controvertido. O próprio Tribunal Superior do Trabalho vê a necessidade de equiparação salarial no primeiro caso, mas não no segundo. Isso demonstra a complexidade da matéria e a subjetividade no tratamento às situações do dia a dia, o que pode gerar multas estratosféricas para as quais as provas judiciais são impraticáveis.

No caso de uma gerente que ganhe, por exemplo, R$ 4 mil mensais e para a qual o auditor fiscal ou juiz fixe o percentual de 30% referente à alegada diferença de remuneração ao longo de cinco anos de trabalho na empresa, o valor da multa chegará a cerca de R$ 520.000, incluindo os encargos sociais. Se a funcionária tiver 20 anos na empresa, a multa ultrapassará os R$ 2 milhões, mais a correção dos débitos trabalhistas.

Pelo fato de a multa poder ser aplicada a um período passado, as empresas enfrentarão situações de grave insegurança, pois não fizeram provimentos para uma sanção que inexistia na época da contratação das suas funcionárias. Ademais, uma lei desse tipo criará enormes dificuldades para as mulheres. Os empregadores terão medo de contratá-las, o que as transformará em funcionárias de alto risco. Trata-se de uma tentativa de proteção que, no fundo, as desprotege.

Este não é o momento de tratar de assunto tão complexo e de maneira açodada. Melhor seria discutir o tema, com calma, depois da pandemia e buscando soluções em medidas afirmativas como as previstas no artigo 7º, inciso XX da Constituição Federal: "proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos", e não com base em punições. Assim é feito nos países avançados como Reino Unido, França, Espanha e outros.

Professor da FEA-USP e presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomercio-SP. É membro da Academia Paulista de Letras

Congresso tenta rever Orçamento para manter obras

Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Parlamentares e a ala política do governo articulam uma derrubada parcial dos vetos **impostos** pelo presidente Jair Bolsonaro ao Orçamento de 2021, com o objetivo de retomar gastos com obras e investimentos que acabaram ficando sem recursos, segundo apurou o Estadão/Broadcast.

Para reacomodar essas despesas, o próprio líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), enviou um ofício ao Ministério da Economia dizendo que avalia ser "desnecessária" a recomposição de R$ 1,077 bilhão em gastos obrigatórios como segurodefeso (pago a pescadores artesanais).

Gomes também questiona a necessidade de recompor R$ 2,629 bilhões em gastos com seguro- desemprego, dada, segundo ele, a recriação do programa que permite redução de jornada e salário ou suspensão de contrato de trabalhadores. O líder do governo é o relator do projeto de lei enviado pelo governo para recompor as despesas obrigatórias em R$ 19,8 bilhões após "maquiagens" feitas pelos parlamentares durante a votação do Orçamento.

A sessão do Congresso para examinar os vetos do Planalto ao Orçamento está prevista, inicialmente, para amanhã.

O documento, obtido pelo Estadão/ Broadcast, foi na verdade elaborado dentro do Ministério do Desenvolvimento Regional, segundo evidências coletadas pela reportagem. Nas propriedades do documento, o nome do autor é Helder Melillo Lopes Cunha Silva, nomeado hoje como secretário executivo adjunto do MDR. Antes, ele era diretor do Departamento de Produção Habitacional da pasta.

O MDR é um dos principais interessados na articulação para recompor menos as despesas obrigatórias, pois assim vê espaço para recuperar recursos para a continuidade de obras, inclusive as do programa habitacional Casa Verde e Amarela, que ficou com verbas zeradas após o veto ao Orçamento.

A pasta é comandada por Rogério Marinho, a quem o ministro da Economia, Paulo Guedes, costuma se referir como "furateto", devido a tentativas de manobra para gastar mais com investimentos e obras. Já o MDR faz críticas nos bastidores à atuação da Economia, de forma "independente", em relação a orientações do próprio Bolsonaro de não cortar recursos para obras em andamento. Marinho e Guedes têm uma desavença antiga.

Procurado, o MDR não se manifestou.

A reportagem tentou entrar em contato com o líder do governo, mas não houve retorno.

Estratégia. A nova estratégia foi traçada nos últimos dias, após a equipe econômica reagir à costura política para alterar o projeto de lei. A opção inicial era cortar novamente R$ 2,5 bilhões em despesas obrigatórias, como benefícios previdenciários, para devolver verbas ao programa habitacional Casa Verde e Amarela, obras hídricas e desenvolvimento da vacina contra covid-19 pela USP Ribeirão Preto (que tem o apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações).

Essa primeira alternativa foi negociada em um café da manhã, no Palácio da Alvorada, na quarta-feira passada entre Bolsonaro e ministros da ala política.

Guedes foi deixado de fora do encontro.

A articulação desagradou a integrantes da área econômica do governo. Questionado sobre a manobra, o secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, que em breve assume a Secretaria Especial de Fazenda (órgão acima do Tesouro na hierarquia da pasta), alertou ainda na semana passada que cortar despesas obrigatórias "foi o problema original" do Orçamento de 2021.

Segundo apurou o Estadão/ Broadcast, a área econômica reagiu nos bastidores para tentar debelar as movimentações de mudança no projeto que restauraria as despesas obrigatórias.

Com isso, a ala política recalculou a rota e, agora, pretende derrubar partes dos vetos.

Para que esses gastos caibam dentro do teto de gastos, a regra que limita o avanço das despesas à **inflação**, Gomes deve indicar gastos a serem cancelados no projeto de lei enviado para recompor as obrigatórias. A pressão nos bastidores é grande para

que a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho dê sinal verde ao cancelamento das dotações, embora técnicos ressaltem que é temerário abrir mão dessas verbas.

Na avaliação de fontes ouvidas pela reportagem, a nova estratégia "chamará menos atenção" e tem ainda a vantagem de não depender de nova canetada de Bolsonaro para ser sancionada, como seria o caso do projeto de lei.

l TCU

Após as maquiagens nas despesas, o governo está na mira do Tribunal de Contas da União, que abriu processo para analisar a regularidade da votação e sanção do Orçamento de 2021.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Indústria versos fisco

ANDRÉ SANTOS

O Supremo Tribunal Federal (STF) faz hoje (5) um julgamento histórico, abordando a chamada "tese do século", que pode resultar, por um lado, em perdas de mais de R$ 250 bilhões aos cofres da União e, por outro, em prejuízo bilionário ao setor produtivo nacional, que teria de devolver esses recursos aos cofres federais - só a indústria mineira precisaria estornar R$ 25 bilhões.

Os ministros vão analisar recurso da União que pede que a medida que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins sobre produtos e serviços, que começou a valer em 2006 e foi renovada em 2014 e 2017, perca efeito. O Ministério da Economia, que, por meio procuradoria-geral daFazenda, pede a revisão do tema, alega que se isso não for feito haverá forte impacto aos cofres públicos. Já para as empresas, a exclusão do ICMS da base para se chegar ao valor do PIS/Cofins representa um grande benefício, sobretudo na atual crise.

Na prática, o que muda se o STF decidir pela reinclusão do ICMS - isso poderia ser feito de maneira retroativa a 2017 -, é que os empresários passariam a ter de fazer o repasse sobre todo o valor de faturamento (sem a retirada do cálculo do imposto estadual). E ainda teriam de devolver uma dinheirama.

Para a advogada tributarista Fernanda Prata, tal alteração poderia gerar problemas graves para as empresas. "Quando compramos um tênis de R$ 200, por exemplo, pagamos dentro desse valor R$ 50 referentes ao ICMS para a empresa, e ela é quem faz o repasse para o Estado. Hoje, o empresário paga o PIS/Cofins (de 1,65% e 7,60%) sobre R$ 150. Se mudar, passa a pagar os percentuais sobre o valor cheio, de R$ 200. Imagina isso aplicado a anos de vendas?", diz ela.

INSEGURANÇA JURÍDICA

A possibilidade da mudança no cálculo do PIS/Cofins preocupa, e muito, a indústria. Passando pela maior crise dos últimos 25 anos, o setor crê que investimentos externos seriam afetados e que muitas empresas não teriam como arcar o pagamento desses **tributos**. "O cenário é horroroso, uma crise sem precedentes, e aí o governo quer retirar algo que foi conquistado em 2017. É um contrassenso, uma medida que não tem como se calcular os prejuízos", afirma Flávio Roscoe, presidente da Fiemg.

Para o tributarista Thia-go Laje, uma decisão favorável à União provocaria insegurança jurídica. "Quando nos deparamos com uma situação em que as decisões do STF não são confiáveis, é um grande problema. E o que a União está fazendo é endurecer ao máximo para não cumprir uma decisão que já foi tomada", ressalta Laje.

25 BILHÕES DE REAIS MONTANTE QUE EMPRESAS MINEIRAS PODEM TER DE ESTORNAR À UNIÃO PELA DIFERENÇA ACUMULADA NA COBRANÇA DO PIS/COFINS

Custos de produção acumulam **inflação** de 33,5% em um ano

A indústria brasileira tem visto seus custos subirem mês a mês. De acordo com o IBGE, os preços gerais de produção do setor aumentaram 4,78% em março, frente a fevereiro. A marca é a segunda maior alta da série histórica do índice de Preços ao Produtor (IPP), iniciada em 2014.

Em fevereiro, a alta recorde foi revisada de 5,22% para 5,16%. No acumulado do ano, os recordes já chegam a 14,09%, no trimestre, e de 33,52%, nos últimos 12 meses. A alta é a 20- consecutiva, desde agosto de 2019.

De acordo com o IBGE, os custos refletem, principalmente, a elevação dos preços nas atividades de refino de petróleo e produtos de álcool (16,77%), outros produtos químicos (8,79%), madeira (7,73%) e papel e celulose (7,18%).

Para Alexandre Brandão, gerente de análise e metodologia da Coordenação de Indústria do IBGE, o resultado traduz ainda o impacto da depreciação do Real frente ao dólar. "Muitas matérias primas estão com os preços majorados e essas altas se espalham por diversas cadeias" explica Brandão.

Pensando no déficit fiscal e na crise do setor público, por causa da pandemia, Supremo pode ter decisão favorável ao governo

Site:
https://digital.hojeemdia.com.br/pub/jornalhojeemdia/index.jsp?serviceCode=login&edicao=13118

Corte valida PIS e Cofins sobre royalties de cooperativa

Beatriz Olivon De Brasília

A 1ª Turma do Superior Tribunal de justiça (STJ) decidiu que é devida a cobrança de PIS e Cofins sobre royalties recebidos por uma cooperativa agrícola. Os ministros entenderam que esses valores deveriam ser considerados como faturamento. A decisão foi unânime.

O tema foi julgado em um recurso proposto pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para reformar decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4a Região, com sede em Porto Alegre. Além de considerar a incidência de PIS e Cofins sobre os royalties, a segunda instância determinou à União a restituição dos **tributos** recolhidos entre maio de 2002 a julho de 2004.

No recurso, a Fazenda Nacional defende que, sendo os royalties a remuneração da atividade principal da Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola (Coodetec), devem ser enquadrados no conceito de faturamento, mesmo sem o alargamento do conceito determinado pela Lei n° 9.718, de 1998.

O parágrafo 1° do artigo 3° da lei estabelecia que receita bruta é a "totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica", sendo irrelevantes o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas. O dispositivo foi revoga do pela Lei n° 11.941, de 2009. Mas, mesmo sem o alargamento, a tributação seria devida, segundo a PGFN.

No STJ, o julgamento estava suspenso por um pedido de vista desde março. Naquela ocasião, só o relator, ministro Benedito Gonçalves, votou, a favor da Fazenda (REsp 1520184). O julgamento foi retomado ontem com o voto do ministro Gurgel de Faria, que seguiu o relator.

De acordo com o ministro, embora não se negue que a cooperativa faça pesquisas na área agropecuária, os royalties que vêm da tecnologia desenvolvida têm relação direta com o objeto social da cooperativa, não configurando receitas não operacionais.

"Não há como entender que esses valores não devem ser oferecidos à tributação da contribuição ao PIS e à Cofins porque integram o conceito de faturamento", afirmou. Os demais ministros também seguiram o voto do relator.

Site: https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186842

A participação da indústria na formulação de uma política de proteção de dados (2)

CÁSSIO BORGES SUPERINTENDENTE JURÍDICO DA CNI

Há algum tempo se comenta que os dados são a nova matriz energética mundial, por ser possível, a partir deles, identificar e compreender as novas necessidades sociais. Trata-se de valioso ativo para o setor produtivo, que passa a associá-los ao comportamento humano e a potencializar as suas ofertas.

Igualmente importante é para o próprio titular dos dados, que passa a ter as suas demandas satisfeitas de forma customizada e a consumir ofertas mais alinhadas às suas reais necessidades. É um fenômeno que muitos imputam ao atual modelo de sociedade contemporânea da informação, consumidora de milhares de informações diárias, a partir de contatos interpessoais num extraordinário nível de conexão virtual.

Essa permanente conexão, traduzida ora como espaço cibernético ora como ágora virtual, promove benefícios múltiplos que obviamente devem ser aproveitados. A partir dela, porém, novos problemas foram identificados. A solução passa pelo direito. Sendo uma construção humana, cabe a ele estabelecer regras de conduta que se ajustem à realidade e permitam a vida em sociedade. Como as necessidades não são estáticas, o direito deve ser dinâmico e caminhar na direção da convivência harmônica e do progresso social, mesmo que essa relação se opere em ambiente virtual.

Inspirada na General Data Protection Regulation (GDPR) da União Europeia, a Lei Geral de Proteção de Dados brasileira (LGPD) surgiu justamente para disciplinar essa nova forma de convívio social virtual, fortalecendo a proteção dos dados pessoais e garantindo maior segurança jurídica para as empresas deles disporem.

Em recente evento acadêmico sobre o STF e a proteção de dados pessoais, o ministro Gilmar Mendes mencionou que a LGPD, na companhia do Marco Legal da Internet, consolida e confere efetividade ao que nominou de constitucionalismo digital.

A LGPD surge, portanto, com a relevante missão de buscar o convívio harmônico e equilibrado da proteção de direitos fundamentais, como são a privacidade e a intimidade, com esse novo e pujante mercado digital. O liberalismo cibernético, que negava oportunidade à regulação estatal, não vingou e cedeu espaço para uma atuação plural, em razão da qual à sociedade é conferido certo poder normativo, usualmente traduzido pela autolimitação empresarial. Algo que passou a ser chamado por alguns de corregulação.

Um ambiente institucional em que, no tocante à proteção de dados, compete ao Estado estabelecer normas gerais, diretrizes, deixando margem regulatória para o particular. O setor privado a exerce, em regra, por intermédio de normas corporativas e de códigos setoriais de boas práticas, além da nomeação do encarregado pelos dados nas empresas.

Nesse modelo, ganha importância o papel que a LGPD conferiu à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) para chancelar tais regras privadas, principalmente diante do comportamento pátrio, que dá sinais de não possuir um histórico de valorização dos seus dados pessoais nem a cultura de protegê-los.

Engana-se, porém, quem acredita ou defende que esse ambiente doméstico favorece a atuação empresarial. Ainda em 2019, antes mesmo de a LGPD entrar em vigor, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) já cobrava do governo a criação da ANPD. O seu fortalecimento institucional é um mantra empresarial, pois somente com capacidade técnica e autonomia decisória reais será ela capaz de desempenhar satisfatoriamente todas as funções que a LGPD lhe conferiu.

Diante desse contexto participativo, a ANPD será coadjuvada pelo Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, cuja natureza colegiada e consultiva demanda, naturalmente, a participação de diversos atores sociais, a exemplo da própria CNI.

A participação industrial nesse fórum se justifica pelo fato de, sozinha, responder por 21,6% do **PIB** do Brasil, por 20,2% do emprego formal do país (9,4 milhões de trabalhadores), por 70,8% das exportações de bens e serviços, por 67,4% da pesquisa no setor privado e por 34,2% dos **tributos** federais (exceto receitas previdenciárias, que equivalem a 28,7%). É

dizer que a cada R$ 1,00 produzido na indústria, são gerados R$ 2,40 na economia brasileira.

Essas circunstâncias, somadas à representatividade empresarial, revelam ser a CNI um ator importante nesse processo de construção das diretrizes estratégicas e dos subsídios para a elaboração de uma Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais. A participação industrial será igualmente salutar na formulação de balizas que passarão a nortear o agir da ANPD. (Fonte: CNI)

Movimento une entidades para implementar 5G

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e o Ministério das Comunicações manifestaram ontem (4) a intenção de desenvolverem trabalhos de conscientização de autoridades municipais sobre a importância de adaptar as legislações locais, no sentido de desburocratizar os procedimentos necessários para a instalação de infraestruturas de telecomunicações que, no futuro, deem condições para a implementação da quinta geração de internet no país, o 5G. O anuncio foi feito durante evento online destinado ao lançamento do Movimento Antene-se, organizado por entidades do setor de telecomunicações com o apoio de representantes de empresas que exploram aplicativos e funcionalidades de conectividade. Na abertura do evento, o presidente da Anatel, Leonardo Euler, disse que a agência já vinha fazendo trabalhos junto a municípios, no sentido de sensibilizá-los sobre a necessidade de legislações menos restritivas e procedimentos burocráticos mais ágeis para dar celeridade à implantação de um número maior de antenas destinadas à internet 5G.

Nesse sentido, Euler informou que a Anatel divulgará ainda hoje uma carta aberta às autoridades municipais, no sentido de esclarecer essa questão, argumentando serem necessárias "legislações municipais mais amigáveis e menos restritivas" em relação a equipamentos de telecomunicações. Outra questão abordada por Euler foi relativa aos altos **tributos** cobrados do setor. "Se há a compreensão de que economia baseado em dados é o novo petróleo, é preciso compreender que a economia digital pressupõe conectividade, e que não há conectividade sem serviços e infraestrutura em telecomunicações. Essa infraestrutura é essencial e prioritária para o desenvolvimento do ecossistema digital", disse.

O ministro das Comunicações, Fábio Faria, reiterou que o leilão do espectro da internet 5G é a prioridade de sua pasta esse ano. "E, com certeza, será nosso maior legado, no ministério", disse Faria. "O que mais se precisa é investir em infraestrutura. Por isso sempre defendi que o leilão não fosse arrecadatório, para que, em vez de recebermos um cheque, recebêssemos investimentos em infraestrutura", disse o ministro ao lembrar que o leilão prevê que as capitais já contarão com a cobertura 5G até 2022. "O 5G precisa de um número de antenas dez vezes maior do que a 4G [quarta geração]. Por isso teremos 44 mil antenas [instaladas] até 2029. Muita gente não sabe o que acontecerá com a chegada do 5G. Para isso é necessário que as cidades se adéquem a nossas diretrizes no âmbito federal, junto às diretrizes da Anatel", acrescentou. Em reta final de avaliação pelo TCU, o leilão das radiofrequências que serão utilizadas pela nova geração de internet deve ocorrer até julho. e acordo com o presidente da Associação Brasileira de Infraestrutura para Telecomunicações (Abrintel), Luciano Stutz, a ausência de uma infraestrutura mais adequada para internet atinge, "de forma pior", periferias e comunidades de renda mais baixa.

Site: https://issuu.com/oestadoce/docs/05-05_da6ff98e4e2758

Quase duas décadas sem lembrar que tinha uma lei (2)

Diego Starling

No último dia 26 de abril, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por maioria de votos, que o Planalto fixasse uma renda mínima para a população em situação de extrema pobreza - com renda per capita inferior a R$ 178. Entretanto, o que causou maior espanto foi a morosidade para a suprema corte fazer valer uma norma de 2004.

Quando o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ainda estava à frente do Executivo nacional, foi sancionada a Lei número 10.835, prevendo o "direito de todos os brasileiros residentes no país e estrangeiros residentes, há pelo menos 5 (cinco) anos no Brasil, não importando sua condição socioeconômica, receberem, anualmente, um benefício monetário".

Contudo, Lula não se preocupou em estabelecer quais pessoas poderiam receber e nem qual seria o valor desse benefício e, assim, o dispositivo foi deixado de lado e, aos poucos, sendo esquecido.

Passados 17 anos, foi necessário que o STF se debruçasse sobre o tema para julgar se o governo federal da época se omitiu na regulamentação do auxílio - o que realmente ocorreu. À vista disso, ficou decidido que, a partir de 2022, a renda mínima entrará no orçamento anual e será debatida pelos deputados para estabelecer um valor.

Durante o julgamento, os ministros Marco Aurélio, Edson Fachin, Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski sugeriram, até, a possibilidade que o pagamento já começasse a ser realizado ainda neste ano, com valor equivalente ao salário mínimo - que, atualmente, está em R$ 1.045. A sugestão foi barrada pelos demais membros da corte. Afinal, o pagamento imediato e sem nenhum planejamento causaria impactos contraproducentes nas contas públicas, principalmente, no contexto pandêmico.

De acordo com especialistas em finanças, o novo benefício pode sair bem caro ao erário. As estimativas apontam que, dependendo do formato adotado, o novo auxílio pode abranger de 5% a 10% do Produto Interno Bruto (**PIB**), montante muito maior que outros benefícios do governo, como o Bolsa Família, que gira em torno de 0,5% do **PIB**.

Ademais, não se pode ignorar o fato de o STF ter tentado legislar sobre um tema cuja competência é exclusiva de deputados e senadores, ao propor um valor para a renda mínima e o início de sua aplicação.

Fora isso, a aplicação da lei é bem-vinda e, sobretudo, necessária. A pandemia do novo coronavírus escancarou a miséria em que vivem quase 50 milhões de brasileiros, invisíveis aos olhos do governo, e a enorme desigualdade social. Cabe agora ao Legislativo deixar de pleitear somas vultosas de dinheiro para seus redutos eleitorais para debater com seriedade um valor justo para a renda mínima.

Diego Starling, Sócio fundador da Starling Associados, empresário e advogado especialista em negociação

Site: http://digital.em.com.br/

Brasil é um dos piores em ranking ambiental, social e de governança

Douglas Gavras são paulo

Os investidores internacionais e as grandes empresas se preocupam cada vez mais com indicadores que vão além de emprego e **inflação** de um determinado país, mas o Brasil está entre os piores emergentes também nesses outros critérios, que incluem resultados sociais, ambientais e de governança.

Segundo levantamento exclusivo da consultoria MB Associados, em uma lista com 19 países, o Brasil ficou na terceira pior posição, com pontuação de 60% (quanto mais próximo de 100%, pior). Só Filipinas e África do Sul tiveram desempenho pior, enquanto Coreia do Sul (2%) e Chile (24%) ficaram com o topo.

É a primeira vez que a MB faz uma lista assim, que aponta critérios ESG (Meio Ambiente, Social e Governança, na sigla em inglês) e asa como critérios o ranking ambiental da Universidade Vale, o índice de Gini (medidor de desigualdade) e dados do Banco Mundial para mapear indicadores de governança, como estabilidade política, eficiência do governo e controle da corrupção.

Nos critérios sociais e de governança, o Brasil se sai pior, com 71% e 72%, respectivamente. O país só vai bem no cumprimento de regras ambientais, com 39%.

"Entretanto, a gestão Bolsonaro tem sido tão precária no manejo da questão ambiental que será muito provável ver a posição do país piorar no ano que vem", diz Sérgio Vale, economista-chefe da MB.

Em abril, na Cúpula do Clima, o presidente Jair Bolsonaro fez um giro em seu discurso, prometendo duplicar recursos para fiscalização ambiental, destacando o Brasil na "vanguarda do enfrentamento do aquecimento global".

"Todo o mundo sabe fazer discurso, o que o investidor quer são ações concretas", diz Vale. Ele ressalta que não há um esforço por parte do governo no sentido de mudar as práticas ambientais. "Justamente por isso, o risco de o Brasil passar vergonha no indicador ambiental de Yale é grande, caso o país não mude a trajetória dos últimos dois anos."

O economista considera, ainda, que a piora dos indicadores de desigualdade durante a pandemia e a piora de governança nos anos recentes devem se manter, o que também deve conservar o Brasil nas piores posições entre os emergentes no ranking ESG.

"Não estamos fazendo o esforço necessário para mudar essa trajetória. Pelo contrário, Bolsonaro tem piorado sistematicamente essas variáveis."

Vale alerta para um entrave importante para o Brasil, sobretudo em momento de recuperação da economia após os efeitos danosos da pandemia: a dificuldade de atração de investimentos pelo desempenho fraco em ESG. Esses indicadores podem ser usados, inclusive, para reverter acordos comerciais importantes.

A Folha apontou que o acordo Mercosul-União Europeia corre risco. Segundo legisladores europeus e integrantes dos governos envolvidos, o acerto, comemorado pelo governo brasileiro, se tomou um "espantalho" e está parado à espera de compromissos ambientais complementares.

"A agenda dos candidatos a presidente em 2022 deveria focar esses critérios: melhora nos indicadores macroeconômicos e sociais, melhora no ranking ambiental e melhora na governança", diz Vale.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49518

Congresso pressiona Bolsonaro a aumentar logo o Bolsa Família

Com o atraso na chegada de vacinas contra o coronavírus, o presidente Jair Bolsonaro tem sido pressionado pelo Congresso a acelerar o processo de criação de um programa social que substitua o auxílio emergencial.

Na semana retrasada, congressistas governistas alertaram o presidente para a possibilidade de, caso a ampliação do Bolsa Família, iniciativa planejada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, não seja viabilizada até julho, eles passarem a defender em público que o auxílio seja prorrogado até novembro.

O auxílio emergencial foi renovado em 2021, de abril a julho. O benefício varia de acordo com acomposição da família. As parcelas vão de R$ 150 a R$ 375 por mês. No caso do Bolsa Família, o benefício médio está na faixa de R$ 190 por mês.

Na quarta-feira (28), diante da pressão de deputados e senadores do centrão, o presidente afirmou, em conversa com eleitores, que pretende ampliar para R$ 250 o valor médio recebido por um beneficiário do Bolsa Família a partir de agosto ou setembro.

A sinalização, no entanto, não foi considerada satisfatória nem mesmo por integrantes do governo, para os quais, diante do aumento dos indicadores de pobreza no país, o programa social deveria ser ampliado para um númeromaior de beneficiários e para uma quantia mais elevada, chegando a R$ 270.

Ogoverno ainda não deu reajuste ao benefício do programa. O aumento mais recente foi em julho de 2018, na gestão Michel **Temer** (MDB). Na época, o valor médio transferido às famílias foi de R$ 188.

Se o valor fosse corrigido pela **inflação** do período, seria equivalente a R$ 215. Portanto, parte do aumento prometido pelo presidente apenas repõe o poder de compra dos beneficiários, que está defasado.

Sem previsão Sem consenso, o plano de reformular o Bolsa Família travou em 2020 e nem sequer foi apresentado ao Congresso. Apesar do alerta do Legislativo, ainda não há previsão para que o governo formalize uma nova proposta de programa social, mais amplo que o atual.

Procurado, o Ministério da Cidadania afirmou apenas que trabalha no aprimoramento do Bolsa Família e que pretende lançar a reformulação após a última parcela do auxílio, em agosto. Por ora, as discussões não preveem mudança no nome do programa.

Atualmente o Bolsa Família atende 14,6 milhões de lares. Mas há cerca de 1,5 milhão de famílias na fila de espera para entrar no programa após o fim do auxílio - caso contrário, ficarão sem assistência social apesar de se enquadrarem no perfil de faixa de pobreza ou extrema pobreza.

Para 2021, o Bolsa Família teve um alívio orçamentário de aproximadamente R$ 8 bilhões por causa da nova rodada do auxílio emergencial.

Com a sobra de recursos, o Ministério da Cidadania quer bancar a ampliação do valor médio e da cobertura no segundo semestre. Ainda não há, porém, garantia de dinheiro para o 13º do benefício, promessa de campanha de Bolsonaro.

Das 14,6milhões famílias cadastradas no programa, mais de 10 milhões estão recebendo o auxílio emergencial, já que, pelas regras, têm direito a um valor maior no benefício emergencial do que nos critérios do Bolsa Família. (Gustavo Uribe e Thiago Resende, da Folhapress)

SAIBA MAIS

» A ampliação do Bolsa Família já enfrenta entraves orçamentários para os próximos anos, pois em 2022 a verba não deve ter uma folga por causa do auxílio emergencial. Com isso, é necessário calcular o impacto da reformulação do programa no Orçamento futuro.

» Técnicos do Ministério da Economia dizem que esse plano precisa caber dentro do teto de gastos - norma que impede o crescimento das despesas acima da **inflação**.

» Paralelamente ao projeto de ampliar o Bolsa Família, o time o ministro Paulo Guedes quer um novo programa social voltado para trabalhadores informais, que deve ser chamado de BIP (Bônus de Inclusão Produtiva).

» O objetivo é ampliar a qualificação de mão de obra

no país e incentivar, por meio de uma transferência mensal entre R$ 200 e R$ 300, o treinamento de jovens em busca de emprego.

Ajuda maior Caso governo não consiga ampliar o benefício até julho, ideia é estender novo auxílio até novembro

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-0c6fc0ac5afb01a75fe1910da98db915.pdf

Insegurança jurídica com o regresso ao passado (2)

Romeu Chap Chap e Manoel Giacomo Bifulco

Tramita na Câmara dos Deputados projeto de lei de iniciativa do deputado Vinicius Carvalho (Republicanos- SP) que fixa o índice de reajuste pelo IPCA, o índice de **inflação** oficial, para locações residenciais e comerciais, diante do fato de e a atual Lei do Inquilinato não estabelecer indexador para as locações.

De há muito é usual o IGP-M-FGV, por melhor refletir a oscilação de preços.

À primeira vista, a propositura parece ser defensável para os locatários, a merecer até o endosso de economistas desavisados.

Todavia os que aprovam essa ideia desconhecem a importância da livre negociação, defendem o Estado intervencionista, a pretexto de socorrer os menos favorecidos, sem medirem as consequências futuras.

De triste lembrança a estagnação total da construção civil nas décadas de 1940 e 1950, não propiciando o aporte da mão de obra não especializada.

Quer isso dizer que a questão das locações está umbilicalmente ligada à evolução da economia, à criação de milhares de empregos, à circulação de riquezas, à poupança popular, ao giro dos financiamentos imobiliários, etc.

Basta ater-se à razão que inspirou a atual Lei do Inquilinato, que deu espaço à livre negociação e não fixou indexadores para o reajuste de locativos.

A razão é historicamente comprovada, porque nos idos dos anos de 1950 vigiam sucessivos diplomas proibindo o despejo dos inquilinos e congelando os alugueres.

Era o Estado intervindo diretamente na economia. E o que sucedeu?

Além da grita fundada dos proprietários, que ficavam "engessados" sem poder vender os imóveis, nem mesmo para proverem sua subsistência, a circulação das riquezas e a construção civil estavam estagnadas.

Não havia estímulo, pois os inquilinos "protegidos" não tinham interesse algum em adquirir imóveis, e assim se foi indo, mantendo a economia em franco declínio por mais de uma década.

Foi quando o grande estadista general Humberto de Alencar Castelo Branco editou o Decreto Lei n.º 4, de 7/2/66, permitindo a denúncia vazia, acoplando a Lei n.º 4.380, de 21/8/64, que instituiu a correção monetária nos contratos imobiliários e criou o Banco Nacional de Habitação, as sociedades de crédito imobiliário, as letras imobiliárias, etc.

Surgia assim a boa semente que germinou unindo a habitação do povo ao giro da economia por meio de financiamentos imobiliários, fazendo frutificar milhares de empregos.

O resultado não foi outro: a construção civil começou a deslanchar, como até hoje, foram e são criados milhares de empregos. Vale recordar o "milagre brasileiro", em 1970, que teve que ver com a mobilização da economia.

O nobre deputado Vinicius Carvalho, nascido em 1966, segundo consulta ao Google, embora formado em Direito, olvida essa sistemática legislativa ou não se sensibilizou para a razão pela qual a denúncia vazia hoje vigente guarda estreita relação com a não fixação de indexador na Lei do Inquilinato, de 1991. A referida sistemática veio para encorajar as partes contratantes ao consenso, trazer a estabilidade jurídica reinante no ramo das locações e diminuir drasticamente a judicialização da matéria.

Ainda, as partes contratantes ficam guiadas pelas condições de mercado no ajuste e atualização dos alugueres, passando a negociar sem indexadores.

Isso evita o inflacionamento, com sobrepreços nas locações futuras como forma de "compensar" eventual defasagem do IPCA.

Além do sobrepreço de que se lançará mão para "obtemperar" o indexador, também a economia será golpeada, pois trará repercussões negativas aos fundos de investimentos imobiliários incentivados com o achatamento dos rendimentos - já que não preveem as grandes locações de lajes corporativas, logística, etc. - e, com isso, também repercutirá negativamente na poupança popular, pelo desestimulo que a menor

remuneração trará as centenas de fundos da espécie, inibindo as aplicações.

Com a insegurança jurídica advirá outra consequência: o aumento das ações de despejo pela defasagem dos alugueres em razão do índice oficial, que, provavelmente, não refletirá as condições de mercado.

Poderá, assim, frutificar forte instabilidade social, o que impulsionará o retorno do regramento vetusto dos anos 1950, com congelamento de valores e as retomadas de imóveis vedadas, com o conhecido impacto desastroso na economia e o aumento desmesurado da mão de obra não especializada ociosa, sem trabalho, e, ainda, a economia regredindo com o desmantelamento dos fundos imobiliários.

Vale também relembrar que todas as indexações de preços por intervenção do Estado, todas elas, sem exceção, foram desastrosas para a economia.

Sendo assim, é importante que os dignos parlamentares atentem para o desserviço que iniciativa dessa espécie acarretará, afastando tão nefasta e imprópria medida, por inoportuna e fruto de fenômeno pontual decorrente da pandemia, que desequilibrou a economia. E não se deve juntar também esse intervencionismo a recrudescer, ainda mais, a crise multifacetária que o País atravessa.

Mudança no reajuste dos aluguéis pode provocar instabilidade social e econômica

RESPECTIVAMENTE, EX-PRESIDENTE DO SECOVI-SP; E ADVOGADO EM SÃO PAULO, MEMBRO DO NÚCLEO DE ALTOS TEMAS DO SECOVI-SP

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Brasil é um dos líderes em persistência inflacionária

Alex Ribeiro

Um estudo feito por economistas do banco Credit Suisse mostra que o Brasil ocupa as primeiras posições entre os países emergentes pelo critério de persistência inflacionária e, caso se descuide com a **inflação** muito alta, poderá colher uma persistência ainda maior no futuro.

O termômetro usado pelo banco é o quanto choques teoricamente passageiros afetam o nível de preços da economia. O Brasil tem um índice 3, o que significa que, se uma alta de preços de combustíveis ou de outras commodities provocar um aumento de 1% na **inflação**, quando esse choque se dissipar o nível de preços da economia estará 3% maior.

Num grupo de países selecionados, o Brasil está na liderança, pouco acima da África do Sul. Países como Chile, Hungria e Turquia estão num segundo pelotão, com índices próximos de 2. Com uma persistência ainda mais baixa, encontram-se México, China e índia, com o índice pouco acima de 1.

Esse índice de 3 para o Brasil reflete a média da persistência inflacionária de 2002 para cá. Ao longo do tempo, ela oscilou bastante, ora subindo, ora descendo, refletindo fatores como a credibilidade do Banco Central, a política fiscal, os choques que atingiram a economia e o nível de indexação do sistema de preços. Na gestão Alexandre Tombini no BC, foi mais alta, se aproximando de 3. Caiu para os níveis atuais na gestão Ilan Goldfajn, oscilando pouco acima de 2.

Mas o indicador pode voltar a subir em breve, dependendo do comportamento da **inflação**, advertem os economistas do Credit Suisse. A história mostra que a persistência inflacionária costuma acompanhar a **inflação** corrente. Desde fins de 2020, a **inflação** subiu e, embora até agora a persistência inflacionária não tenha acompanhado, as coisa podem mudar rapidamente.

O Banco Central tem evitado adotar uma postura ainda mais conservadora nos juros, a despeito da alta **inflação**, justamente com o argumentos de que as pressões sobre os índices de preços é temporária.

A economista-chefe do Credit Suisse, Solange Srour, uma das autoras do estudo, junto com o economista do banco Lucas Vilela, defende que a autoridade monetária reconheça que o choque de preços é duradouro. "O Banco Central deveria parar de falar que a **inflação** é temporária. Esse temporário começou em setembro", afirma.

Em tese, ressalta, uma alta de preços que dura sete meses até poderia ser considerada temporária. Mas ocorreram muitos choques ao mesmo tempo, que afetam diferentes setores da economia, provocando uma alta disseminada de preços.

Por enquanto, os preços de serviços são uma exceção, devido ao fechamento da economia durante a pandemia, mas podem responder rapidamente na reabertura. A pressão nos preços decorrente da alta do dólar pode se prolongar porque, em boa medida, reflete o ambiente de incerteza fiscal. A economista diz ainda que há o risco de o ambiente inflacionário internacional se mostrar mais persistente, devido aos estímulos monetários e fiscais de economias avançadas. O banco projeta uma **inflação** de 5% neste ano, que está sendo reexaminada, e de 4% no ano que vem.

Os cálculos do Credit Suisse sobre a persistência inflacionária levam em conta o nível de preços, e não a taxa de **inflação**. É possível medir a persistência dos choques tanto na **inflação** como no nível de preços. Ambos andam juntos - se a persistência se mostra maior no nível de preços, é porque a persistência na taxa da **inflação** também ficou maior.

A taxa de **inflação** representa a alta de preços da economia durante um período de tempo, geralmente um mês ou um ano. O nível de preços mostra o quanto os produtos ficaram mais caros. Se a gasolina, por exemplo, sobe 5% num ano e no ano seguinte fica estável, o choque inflacionário foi passageiro. No segundo ano os economistas vão dizer que a **inflação** da gasolina foi zero.

Mas o nível do preço do combustível - o que realmente interessa para quem enche o tanque do automóvel - ficou 5% mais alto ao fim desse período de dois anos. "As pessoas acompanham sempre a **inflação**, mas o bem-estar é dado pelo poder de compra", afirma Solange Srour.

Site: https://valor.globo.com/impresso

Fluxos financeiros e saldo comercial favorecem o real (3)

O bom desempenho das contas externas e o provável superávit comercial recorde forçam uma valorização do real, ainda que contida pelo peso negativo das dúvidas sobre solvência fiscal e do baixo crescimento da economia brasileira. A apreciação da moeda brasileira possivelmente já teria jogado o dólar abaixo dos R$ 5 se não fossem as intervenções desastradas do presidente Jair Bolsonaro e as travessuras do governo em parceria com o Centrão no péssimo desenho do orçamento de 2021.0 Brasil não tem hoje problemas nas contas com o exterior, o dinheiro não está fugindo do país, embora a desconfiança se manifeste onde nos últimos anos ela não existiu: nos investimentos diretos no país, sintoma de uma lesão estrutural grave.

Até março, os regressos líquidos dos investimentos no exterior (US$ 6 bilhões) e os investimentos líquidos em carteira (US$ 23,3 bilhões) cobriram o que deixou de entrar em investimentos produtivos (US$ 29,4 bilhões). O saldo comercial deslanchou em abril, atingiu US$ 10,3 bilhões (recorde da série histórica) e acumula US$ 18,2 bilhões no ano. A Secex e o Banco Central estimam que ele provavelmente chegue a US$ 90 bilhões em 2021, novo recorde.

China e EUA estão puxando a recuperação econômica, o que ateou fogo às cotações das commodities alimentares e metálicas, das quais o Brasil é um dos maiores exportadores mundiais. O Brasil amplia gradualmente sua dependência da China. No ano, as exportações para lá subiram 37% e as importações, 15,5%. O resultado é que os chineses passaram a comprar nos quatro primeiros meses do ano 38,39% de tudo o que o Brasil vende no exterior, ante 37% em 2020.0 superávit com a China soma 78,6% dos US$ 18,2 bilhões do saldo positivo obtido até agora no ano.

A pauta de importações chinesas do Brasil é inteiramente de commodities: soja e minério de ferro compõem 70% dela. Como o apetite chinês renovado puxa as cotações, o minério de ferro atingiu US$ 190 a tonelada este mês, um recorde histórico. Em consequência, as vendas brasileiras do produto dobraram no primeiro quadrimestre e cresceram 80% para os chineses. A soja, disparada em primeiro lugar, viu sua venda subir 45%, o que sustentou altas cotações. Também com crescimento na casa de dois dígitos estiveram óleos brutos, celulose e óleos vegetais.

A recuperação nos Estados Unidos, por outro lado, ajudou a reduzir o déficit na relação bilateral. As exportações passaram a crescer com força, 15,5% no acumulado do ano, enquanto as importações recuaram 5,7%. Exportações e importações de e para a União Europeia se equilibraram, na casa de aumento de mais de 30% cada, e o déficit brasileiro com os europeus também recuou.

O Brasil conseguiu exportar mais também para a Argentina, que retomou a terceira posição entre os países com maior mercado para produtos brasileiros (sua fatia no total aumentou de 2,71% para 3,39%). A recuperação ocorreu pelo crescimento das vendas de automóveis de passageiros, motores e peças, além de minério de ferro. Essa tendência pode ser interrompida. Apesar de o FMI ter previsto um crescimento do **PIB** de 5,8% para este ano, maior do que os 3,7% do Brasil, os argentinos enfrentam nova onda de contágios e mortes pela covid-19, acompanhada de alta nos preços e lockdowns.

Enquanto a pandemia devastava em 2020 a economia global, a desvalorização cambial mais puxou a **inflação** do que ajudou os exportadores a venderem mais (embora engordasse substancialmente suas margens), enquanto os juros se tornaram negativos, desestimulando o carry over e afastando capital especulativo. Estas condições, entretanto, estão mudando.

O Banco Central deve decidir amanhã que os juros cheguem a pelo menos 3,5%, isto é, 1,5 ponto percentual, enquanto o juro dos fed funds permanece negativo e a percepção de risco do Brasil não piorou, até teve pequena melhora. A pressão sobre os títulos de longo prazo americanos, uma das bases de aferição dos prêmios de risco de títulos brasileiros, arrefeceu provisoriamente, diante da negativa do Federal Reserve de qualquer ação até que a **inflação** comprovadamente passe dos 2% e fique lá por algum tempo.

Até que a temporada eleitoral saia dos bastidores para as ruas, é possível que o real se valorize, retirando força do principal fator de alimentação dos preços em ação. Reviravolta mais sólida depende da recuperação sustentável da economia, mas esta é uma história

ainda mais complicada e sem um final feliz à vista.

Site: https://valor.globo.com/impresso

A Selic influencia o nível do câmbio - PALAVRA DO GESTOR

Luiz Eduardo Portella é sócio e gestor da Novus Capital
E-mail: lportella@novuscapital.com.br

A alta de 0,75 ponto que o Copom deve implementar hoje na Selic, elevando o patamar de juro para 3,5%, vai impactar no nível do câmbio nos próximos meses. Historicamente, o diferencial de juro do Brasil com os outros países sempre foi um dos principais componentes para explicar o patamar da moeda, assim como o crescimento, o risco-país e os termos de troca.

O Banco Central reduziu a taxa de juro ao patamar mínimo histórico de 2% e usou a ajuda da desvalorização cambial para que a **inflação** em 2020 não terminasse abaixo do limite inferior da meta de **inflação**, em 2,5%-que já ameaçava desancorar as expectativas para 2021. A adoção cio "forward guidance", com o compromisso de manter esse patamar baixo até que as expectativas de **inflação** voltassem para a meta nos anos seguintes, engessou o BC, pois há uma inércia no movimento das expectativas no sistema Focus que contempla as projeções dos agentes do mercado.

O forte aumento do preço das commodities tardou a ser refletido nas expectativas dos agentes. O repasse para os preços foi acelerado com a reabertura da economia após a primeira onda da pandemia e com a forte depreciação cambial. A **inflação** em 2020, medida pelo IPCA, teve a expectativa de fechar o ano em 1,52%, mas encerrou em 4,52%, acima do centro da meta de 4,0%.

Um ano depois, estamos em uma situação inversa. As expectativas de **inflação** para 2021 estão bem superiores à meta de 3,75%, atingindo 5,04% segundo o último Focus. A atividade não foi impactada negativamente pelo fim do auxílio emergencial no início do ano e as commodities seguem em sua trajetória de elevação. Para reverter a alta da **inflação** e ancorar as expectativas para 2022, em que a meta é cadente, para 3,5%, o BC precisa de uma valorização do câmbio para reverter a pressão da alta das commodities.

Da mesma forma que a redução do juro impactou a moeda, agora esse ciclo de alta vai reverter nosso diferencial de juro, principalmente contra outros países emergentes que estão com juro superior ao nosso.

A equipe macro do banco Itaú realizou um excelente estudo sobre o descolamento do impacto da alta das commodities nas moedas dos países emergentes. Concluíram que Brasil, Chile e África do Sul foram os que apresentaram o maior descolamento e que as restrições temporárias de oferta, evolução da pandemia, perspectivas de crescimento e fundamento fiscal explicam essa diferença.

Chile e Brasil foram destaques negativos, fato que chamou atenção por reforçar que o diferencial de juro pode explicar essa discrepância. O Chile tem uma dívida baixa e nào enfrenta problemas fiscais na trajetória da dívida/**PIB** como o Brasil. Além disso, o país chileno é um dos que mais aplicam vacinas per capita do mundo e tem estoque suficiente para vacinar toda população até o meio do ano - diferentemente do Brasil, que só vai conseguir a imunização completa ao final do ano.

A perspectiva de crescimento do Chile é mais positiva do que a da maioria dos países. O que Brasil e Chile têm em comum é um patamar muito baixo do juro real. Uma medida bem básica de juro real é subtrair a meta de **inflação** do juro básico da economia. Nessa métrica, o Brasil fechou 2020 com juro negativo de 2% e o Chile, em -1,5%. Outros emergentes importantes na pauta de commodities como Colômbia, México, África do Sul e Rússia fecharam o ano com o juro real de-1,25%, 1,0%,-0,25% e 1,0%. Pela primeira vez vimos países emergentes com juro negativo bem próximo dos EUA (-2,0%), o que ajuda a explicara má performance das moedas.

Desde a última reunião do Copom em 17 de março, o real teve a melhor performance entre os emergentes. O BC iniciou o ciclo de alta com ritmo superior ao que a maioria dos analistas esperava e se comprometeu em manter o ritmo de 0,75 ponto de alta nesta reunião. Hoje, a expectativa é que a comunicação continue indicando a mesma alta na próxima reunião para atingirmos rapidamente o patamar de juro de outros países emergentes.

A alta do juro impacta no custo de se manter posições compradas em dólar. Desde março, os estrangeiros reduziram sua posição comprada em dólar na B3 de US$ 38 bilhões a US$ 30 bilhões. À medida que o juro avance acima de 4,0% o custo de ter posições em

proteções no Brasil vai ficar mais caro do que em outros países, o que irá acelerar esse processo de redução.

Todos os países estão enfrentando alguma dificuldade interna desde o início da pandemia, seja com falta de vacinas, aumento do endividamento, mudanças de política econômica, riscos geopolíticos e até racionamento de energia. É fato que aqueles que apresentam juro real negativo não estão se beneficiando do fluxo positivo da alta das commodities, pois grandes investidores estão arbitrando o juro negativo com países que têm juro positivo.

Da mesma forma que a queda da Selic impactou no nível do câmbio para um patamar mais desvalorizado, o ciclo de alta iniciado em março vai restabelecer a correlação com os termos de troca, garantindo que a nossa moeda aprecie de acordo com os fundamentos.

Luiz Eduardo Portella é sócio e gestor da Novus Capital E-mail: lportella@novuscapital.com.br

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186842

FGTS no Supremo

No próximo dia 13, o Supremo Tribunal Federal (STF) deve retomar o julgamento da ação de correção dos depósitos feitos no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Desde 1999, o benefício utiliza a Taxa Referencial (TR) para a atualização monetária, que é questionada por não acompanhar a **inflação**.

Um levantamento do Instituto Fundo de Garantia do Trabalhador (IFGT) aponta que, se no lugar da TR fosse considerado o INPC (Índice de Preços Nacional ao Consumidor) para a correção, uma perda de R$ 538 bilhões deve ter sido acumulada desde janeiro de 1999.

Em 2014, o partido Solidariedade moveu a ação alegando que a correção atual com a TR gera perdas ao trabalhador. No julgamento em 2020, os ministros declararam o índice como inadequado, mas a decisão final foi adiada na época.

Além de servir como correção do FGTS, o índice é uma taxa de juros de referência também para correção de empréstimos e poupança.

O rendimento do FGTS é de 3% ao ano, além da atualização monetária feita a partir da TR, que é atualizada pelo Banco Central. Do final de 2017 para cá, a taxa está em o e é menor que a **inflação** desde 1999, quando foi criada.

"A taxa serve para manter o poder de compra para compensar a **inflação**, mas se há essa correção não existe compensação, ocasionando prejuízos ao trabalhador", explica Mario Avelino, presidente do IFGT. A revisão dos valores recebidos pode ser solicitada por qualquer trabalhador que tenha tido a carteira assinada de 1999 a 2013.

Essa questão vai depender da decisão e da modulação dada pelo STF, conforme explica o advogado André Zipperer, doutor em Direito e professor de Direito e Processo do Trabalho na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). "A decisão sobre quem terá direito ou não dependerá muito do que for consignado na decisão do STF da semana que vem, pois o Tribunal pode fazer uso do instituto da modulação, limitando o direito a somente um grupo como aqueles que entraram com a ação, por exemplo", reitera.

Ação judicial

Dependendo da decisão do STF, só terão direito a receber os valores corrigidos do FGTS aqueles trabalhadores que entraram com ação judicial contra a Caixa Econômica Federal. Por isso, para solicitar a revisão, é necessário propor a ação na Justiça Federal, que pode ser individual ou coletiva, com ajuda de um advogado ou defensor público. Alguns sindicatos de Fortaleza, como o dos bancários, vão ingressar na Justiça. Nos últimos dias, o assunto tomou conta das redes sociais e muitas pessoas se juntaram para ingressar com ações na Justiça.

No entanto, a ação precisa ser movida até o dia 13 de maio, quando acontece o julgamento pelo STF.

Com a ajuda profissional, o trabalhador precisará entregar cópias do RG, CPF, Carteira de Trabalho, comprovante de residência (conta de água, energia, telefone etc.), além do extrato do FGTS para entrar com a ação.

Atualmente, o cálculo do FGTS é feito com base em 8% do salário, acrescido de juros de 3% ao ano e da correção monetária baseada na TR.

O valor a ser recebido vai depender de acordo com cada caso e períodos em que o trabalhador teve depósitos no FGTS. Para estimar os valores, o IFGT criou uma calculadora online, considerando o INPC ao invés da TR. Basta selecionar os anos em que trabalhou com carteira assinada e especificar quantos salários mínimos recebeu naquele ano para se obter o resultado.

Julgamento

Em abril de 2018, no STJ, a 1a seção manteve a TR como índice de atualização das contas do FGTS. Em julgamento de recurso especial repetitivo, o colegiado, de forma unânime, estabeleceu a tese de que "a remuneração das contas vinculadas ao FGTS tem disciplina própria, ditada por lei, que estabelece a TR como forma de atualização monetária, sendo vedado, portanto, ao Poder Judiciário substituir o mencionado índice".

Cautelar

Dada a importância do tema e a decisão do Supremo, em setembro de 2019, o ministro Barroso deferiu cautelar e suspendeu a tramitação nacional de processos que tratam da utilização da TR para correção do FGTS. Na ocasião, Barroso explicou que a questão ainda será apreciada no julgamento da

ADIn. Ressaltou que, como o tema não teve repercussão geral reconhecida pelo STF em recurso extraordinário, o sobrestamento buscou evitar que se esgotassem as possibilidades de recursos (trânsito em julgado) em outras instâncias após o julgamento da matéria pelo STJ.

Precatórios

Recentemente, o STF disse que a TR não é um índice que acompanha a **inflação** e por isso não pode ser aplicado para corrigir os precatórios. Ele determinou, que o INPC deve ser aplicado nesse caso.

Site:
https://diariodigital.verdesmares.com.br/loginAssinante

Para os trabalhadores (as), desemprego, desalento e fome (2)

José Álvaro de Lima Cardoso

Podem procurar com uma lupa: do golpe de 2016, para cá, as medidas são todas contra os trabalhadores. Não há nenhuma contra o Capital. Sabe-se que o Estado é da burguesia. Mas, historicamente, ele sempre teve alguma permeabilidade para atender reivindicações dos trabalhadores, ou de outros segmentos da sociedade. Vamos lembrar que todos os direitos obtidos pelos trabalhadores, que agora estão sendo destruídos em escala industrial, foram conquistados durante a vigência de Estados burgueses.

O dia 1º de maio coincidiu com um período no qual a classe trabalhadora brasileira jamais foi tão atacada em seus direitos em toda a história. O DIEESE divulgou no dia 30/04 um Boletim Especial alusivo ao Dia dos Trabalhadores (as), que aponta que a atual situação de total precarização do mercado de trabalho e o aumento do custo dos alimentos, não são consequências apenas da crise sanitária mundial, mas também estão diretamente relacionados com o projeto econômico e político implementado a partir de 2016, com o golpe. Segundo a publicação, o que se assistiu a partir da contrarreforma trabalhista, foi o aumento do desemprego e da informalidade, queda da renda dos trabalhadores e um movimento de precarização generalizada do trabalho. Precarização perseguida pelo governo, não se trata de um efeito colateral.

Em relação ao aumento de preços, muito acima dos salários, o descontrole ocorre devido a diversas medidas operadas desde 2016: 1.redução dos estoques reguladores da Conab (Companhia Nacional de Abastecimentos; 2.fim do subsídio do gás e da política de valorização do salário mínimo; e 3.) aumento das exportações de alimentos. Ou seja, o descontrole de preços é fruto de políticas concretas do governo, que levam ao empobrecimento da população rapidamente.

Segundo o estudo, baseado em dados da PNAD, quando a contrarreforma trabalhista passou a vigorar, no fim de 2017, a taxa de desocupação estava em 11,8%. No final de 2020, 13,9% da força de trabalho não tinham ocupação. O ano de 2020 chegou ao fim com 8,4 milhões de ocupados a menos do que em 2019. Com a falta de perspectivas, a possibilidade de contaminação e a necessidade de isolamento social, 8,9 milhões de pessoas estão fora da força de trabalho, sem renda, sem trabalho e sem esperanças.

No ano passado a massa de rendimentos mensal do trabalho caiu 6%, passando de R$ 217,8 bilhões para R$ 204,9 bilhões. São R$ 13 bilhões a menos no bolso dos trabalhadores, todos os meses, e um menor volume de renda disponível para o consumo, o que dificulta muito a retomada do crescimento econômico.

A política de valorização do salário mínimo, que vigorou entre 2004 e 2018, cumprindo importante e necessário papel na distribuição de renda no país, teve o seu fim no governo Bolsonaro. A partir daí o salário mínimo começou a ser corrigido pela **inflação**.

Porém, a partir de 2020, a correção ficou até abaixo da **inflação**. Com o aumento dos preços dos alimentos, em algumas das 17 capitais brasileiras, conforme a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos do DIEESE, mais da metade do salário mínimo tem sido destinado para a compra dos alimentos essenciais suficientes para uma pessoa adulta durante um mês.

Em 15 de outubro de 2016, a direção da Petrobras mudou a política de preços da empresa, e os valores dos combustíveis passaram a acompanhar os movimentos dos preços no mercado internacional. A partir daí os brasileiros começaram a sentir no bolso as oscilações de preços que ocorrem no exterior. O Brasil é uma potência petrolífera, só que a renda petroleira está a serviço de grandes multinacionais do petróleo e do sistema financeiro internacional. O País é o 10º produtor de petróleo do mundo, o maior produtor da América Latina. Mas o povo paga o preço dos derivados de petróleo, como se o país importasse todo o combustível que consome: quase R$ 6,00 um litro de gasolina e praticamente R$ 100 um botijão de gás.

Em 2019, conforme registra o estudo do DIEESE, já durante o governo mais subserviente ao imperialismo, que o Brasil já conheceu, uma resolução do Conselho Nacional de Política Energética colocou fim à política do subsídio do gás de cozinha praticada pela Petrobras. Em meio a um rápido processo de empobrecimento dos trabalhadores, o governo retirou a possibilidade de muitas famílias adquirirem um bem tão essencial, como o gás. As famílias mais pobres tiveram que optar entre comprar alimentos ou gás, por

isso muitas tiveram que começar a usar lenha ou carvão para cozinhar. Segundo o IBGE, em 2019, 14 milhões de famílias usavam lenha ou carvão, um número cerca de 3 milhões a mais do que em 2016. Esse número significa que uma a cada cinco famílias brasileiras cozinhava com carvão ou lenha em 2019.

Uma cesta básica em Florianópolis está custando R$ 632,75, tendo aumentado mais de 22% em 12 meses, para uma **inflação** na casa dos 7%. O salário mínimo necessário deveria ser equivalente a R$ 5.315,74, o que corresponde a 4,83 vezes o mínimo vigente, de R$ 1.100,00. Por isso a fome está explodindo no país e passou ser um dos dois problemas mais importantes, ao lado das mortes em grande quantidade, causada pela postura do governo. Segundo pesquisa da Oxfam, realizada em dezembro último, em 55,2% dos lares brasileiros os habitantes conviviam com a insegurança alimentar, um aumento de 54% desde 2018. Em números absolutos, significa que, no período abrangido pela pesquisa, 116,8 milhões de brasileiros não tinham acesso pleno e permanente a alimentos. É uma situação simplesmente explosiva.

Deputado que já foi afastado abre debate da reforma política

Washington Luiz - brasília

O deputado Wilson Santiago (PTB-PB), que chegou a ser afastado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) no fim de 2019, comandou a reunião que instalou a comissão da **reforma política** nesta terça-feira (4) na Câmara dos Deputados.

Com seu caso parado na Mesa Diretora da Casa, ele pôde conduzir a votação que resultou na eleição de Luís Tibé (Avante-MG), por unanimidade (26 votos), para presidir o colegiado.

Renata Abreu (Podemos-SP) será a relatora. A eleição dos vice-presidentes e apresentação do plano de trabalho ocorrerão na próxima quarta-feira (12).

Santiago foi acusado de desviar verbas de obras contra a seca no sertão da Paraíba, o que levou à decisão da corte. No entanto, em fevereiro de 2020, o plenário da Câmara decidiu reverter o afastamento.

Na época, os congressistas argumentaram que não haveria impunidade, já que as acusações contra ele seriam analisadas pelo Conselho de Ética da Câmara, mas o caso ainda aguarda deliberação sobre arquivamento ou envio ao conselho.

A comissão formada na tarde desta terça vai analisar a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 125-A, de 2011.

O texto é de autoria do deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) e proíbe apenas a realização de eleições em data próxima a feriado nacional, mas deve ser ampliado por meio de um substitutivo antes de ir ao plenário.

A proposta foi escolhida pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para acelerar o processo, pois já teve a admissibilidade aprovada pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), em 2015.

Agora, a ideia é incorporar outras discussões ao texto, como a criação do distritão (sistema em que são eleitos os mais votados nos estados para o Congresso, independentemente do desempenho dos partidos nas umas), o fim da reeleição para presidente da República e o aumento do mandato de cargos políticos, de 4 para 5 anos.

Os trabalhos na comissão terão prazo de 40 sessões. As emendas deverão ser apresentadas em dez sessões, e a relatora terá 20 sessões para apresentar seu parecer. Se aprovada até outubro, a reforma poderá entrar em vigor nas eleições de 2022.

"A gente vai fazer um debate urgente da matéria, tendo em vista o calendário eleitoral, o prazo de filiação, mas também entrando no debate profundo para que a gente consiga construir um consenso em torno da matéria", afirmou Tibé, presidente da comissão.

Na Câmara, a PEC precisa do aval de ao menos 308 deputados, em duas votações. No Senado, são necessários pelo menos 49 votos, também em dois turnos.

As discussões sobre uma possível mudança no sistema eleitoral prevaleceram após a instalação da comissão.

" [O distritão] Abre mão das estrelas, dos puxadores de voto, abre mão de famosas, de blogueiros, dos youtubers da vida. Esse modelo estabelece o que vence de fato a eleição, quem tiver o maior número de votos é que, de fato, vai ocupar a cadeira para representar os seus eleitores e as suas categorias", afirmou Glaustin da Fokus (PSC-GO), que disse que deve apresentar uma emenda à PEC para criar o novo sistema.

O deputado Fred Costa (Patriota-MG) se manifestou contra a ideia.

"A eleição proporcional pode não ser perfeita, mas é o poder que remete ao partido político mais forte. Oferece conteúdo político, programático, em que o eleitor pode ter referência. Se formos para o distritão, o mandato deixa de ter referência ideológica e passa a ter referência em uma única pessoa. O eleitor passa a ter menos proximidade com seu representado", disse Costa.

Atualmente, vereadores e deputados, tanto estaduais quanto federais, são eleitos pelo sistema proporcional.

Nesse sistema, os assentos nas Casas Legislativas são distribuídos de acordo com a votação total dos

candidatos e do partido (voto na legenda). Os votos excedentes dos mais votados ajudam a puxar candidatos com menos votos.

A relatora da matéria disse que vai "debater todos os sistemas eleitorais e decidir por algum ou por a justes no atual modelo." "Vamos discutir todos os sistemas propostos", afirmou Abreu.

Além dessas alterações, os congressistas também levantaram outros pontos que podem ser apresentados durante a discussão da PEC, como o financiamento de campanhas.

"Serei um grande defensor nesta comissão do financiamento público de campanhas. A volta do financiamento empresarial é algo extremamente negativo para a democracia brasileira", afirmou Henrique Fontana (PT-RS).

"Termos uma democracia barata, de custo cada vez menor e com financiamento republicano, que garante a igualdade de oportunidade a todos que disputam. É fundamental. Nós não podemos trazer de volta para a democracia brasileira o chamado voto censitário, no qual os grandes financiadores tinham o direito de definir quem tem mais ou menos chance de se eleger presidente", disse Fontana.

A flexibilização da cláusula de barreiras, que ameaça legendas nas eleições de 2022, e propostas para aumentar a representa tividade feminina também devem estar presentes nas próximas reuniões do colegiado.

"O grande desafio é conversar com os líderes partidários, com os dirigentes, e ver se conseguimos avançar em algumas pautas importantes para o nosso país", disse Abreu.

"A discussão das cadeiras efetivas para as mulheres, a questão da flexibilização, que é uma discussão que a bancada feminina vem discutindo, falar mais sobre plebiscito, envolver aparticipação das pessoas no rumo da nossa nação", afirmou a relatora.

"Serei um grande defensor nesta comissão do financiamento público de campanhas. A volta do financiamento empresarial é algo extremamente negativo para a democracia brasileira" Henrique Fontana (PT-RS) deputado, na instalação da comissão da **reforma política**

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49518

Entrevista: Renan Filho diz que Bolsonaro faz gestos de aproximação, mas apoiadores tiram credibilidade

Bernardo Mello e Thiago Prado

RIO - Governador do Nordeste que mantém melhor relação com o presidente Jair Bolsonaro, Renan Filho (MDB) avaliou ao GLOBO que o Planalto precisa "organizar seus gestos" e lamentou ataques contra o pai, o senador Renan Calheiros (MDB-AL), relator da CPI da Covid. Além de criticar um possível uso da Polícia Federal e da Procuradoria-Geral da República contra gestores estaduais, o governador de Alagoas afirmou que há postulantes ao Supremo Tribunal Federal (STF) preocupados em "prestar serviço" ao governo, numa crítica velada ao procurador-geral, Augusto Aras, e fez elogios ao presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Humberto Martins, cotado para a vaga.

O governo alternou acenos ao senador Renan Calheiros e gestos ofensivos, como a tentativa de barrá-lo da relatoria. Como avalia movimentos tão contraditórios?

O governo age em suas ramificações de maneira muito divergente. Enquanto o presidente procura fazer um gesto, seus seguidores fazem outros, na antítese do que ele propõe. Isso confunde a política, reduz a credibilidade do Planalto. O senador Flávio Bolsonaro defendeu o isolamento social para não ter sessão da CPI. Ele deveria defender isso para salvar vidas.

Há impressão de que ações do presidente, como a reunião com Sarney, já tenham se refletido na CPI. Por exemplo, o pedido de dados da CPMI das Fake News, que poderia envolver filhos do presidente, foi deixado de lado...

Não acredito, objetivamente, que qualquer visita do presidente tenha restringido investigação. Acho que qualquer gesto de um presidente da República é considerado. Só que o presidente precisa organizar os outros gestos de seu entorno para que o que ele faz seja mais valorizado.

A imprensa noticiou que Bolsonaro lhe telefonou antes da instalação da CPI. O que foi conversado?

Tenho uma relação pessoal boa com o presidente, fomos deputados juntos. Ele me disse que não compreendia esse como o melhor momento para uma CPI, eu procurei não discordar, disse que compreendia suas motivações. Não se discorda assim do presidente numa ligação. Ele disse que falaria com o senador Renan, eu o encorajei: "O senador Renan está à disposição para conversar com todos", especialmente com o presidente.

Renan, seu pai, poderá agir com imparcialidade em caso de citações a Alagoas na CPI?

O senador deixou bem claro que não participará de eventuais investigações contra o estado. Caso isso aconteça, será apontado um sub-relator, cuja opinião será ressalvada no relatório final. O objetivo de alguns senadores era atrasar os trabalhos da CPI. Vale lembrar que não há investigações em curso contra Alagoas. Estamos sendo prejulgados.

Houve insatisfação do MDB e do senador Renan Calheiros após o partido não ser prestigiado na **reforma ministerial** com a Secretaria de Governo, que chegou a ser cogitada para o senador Eduardo Gomes (MDB-TO)?

Não sei se há insatisfação do MDB, mas do senador Renan certamente não há. Ele não tem interesse em nomear ministros no atual governo, nunca tratou disso.

O senhor integra o grupo de governadores que tenta importar a vacina russa Sputnik, rejeitada na Anvisa. Houve algum tipo de pressão ou boicote, inclusive por falta de ação política, por parte do governo Bolsonaro?

A falta de vontade do governo em relação às vacinas foi muito clara. O presidente deveria ter feito contato direto com chefes de Estado de grandes potências. Os governadores tentaram agir nesse vácuo. Sobre a Anvisa, quero ser muito afirmativo: se ela colocou pendências técnicas à Sputnik, é esta a sua função. Em duas reuniões, o Fundo Soberano Russo disse que teria facilidade para responder essas dúvidas e enviar novos documentos. Não podemos dar um passo sem a devida segurança. Espero que a Anvisa esteja fazendo uma análise exclusivamente técnica.

Os erros do governo na pandemia são passíveis de impeachment?

Sinto que a população quer que a CPI conte a história da pandemia, ajude a identificar onde o governo errou e se foi de forma ocasional ou deliberada. Mas não vejo uma agenda para impeachment. A eleição já é ano que vem.

Há uma apuração sobre compra de respiradores pelo Consórcio Nordeste, que não foram entregues, e Alagoas era um dos destinatários. Como o senhor lida com isso?

No ano passado, houve esta proposta e todos os estados da região aderiram. A empresa (HempCare) não entregou, houve investigação, e nós entramos na Justiça contra o Consórcio Nordeste. Recebemos de volta uma parte, estamos buscando que o consórcio cobre a empresa para responsabilização dos culpados e a devolução do restante (R$ 4,4 milhões). É algo até constrangedor mover uma ação contra um consórcio que integramos, mas estamos mostrando nossa idoneidade.

Governadores representaram contra a subprocuradora Lindôra Araújo, braço-direito de Augusto Aras, por endossar acusações do presidente contra gestores estaduais. O senhor teme o uso político de instituições, inclusive a PF, durante a CPI?

Tudo bem que avancem sobre as transferências aos estados, mas esses respiradores, por exemplo, Alagoas pagou com verba própria. O que não vamos aceitar na CPI é que se façam injustiças. Eu não temo uso político da PF, mas preciso refutar isso. E a imprensa toda hora tem denunciado aparelhamento neste governo. Outra coisa é que abrirá uma vaga no Supremo e muitos têm interesse. Então tem gente que presta serviço. O sujeito é candidato e quer fazer sua trajetória "no espinhaço alheio", como se diz aqui.

A propósito da corrida por vaga no STF, o presidente do STJ, Humberto Martins, um dos cotados, é considerado próximo tanto aos Calheiros quanto ao presidente da Câmara, Arthur Lira. Esse nome para a Corte une as duas famílias rivais em Alagoas?

Acho que o ministro Humberto Martins une não só o senador Renan e o presidente da Câmara, Arthur Lira. É uma figura bem mais ampla, presumo que reúne também apoios importantes no Judiciário e no estado. Ele é equilibrado, ponderado, inteligente, sempre defendeu os interesses de Alagoas.

Ele se enquadra como alguém "terrivelmente evangélico"?

Este critério tenho mais dificuldade para mensurar. Até porque, se fosse para mim, seria "maravilhosamente" evangélico.

Como o senhor pensa que o MDB deve se posicionar na próxima eleição presidencial?

Diante da polarização entre Bolsonaro e Lula, acho muito difícil uma terceira via hoje. Especialmente no Nordeste, há muitas ressalvas com o que ocorre neste governo. Por isso, imagino que o partido vá seguir outro caminho. Creio que há a possibilidade de apoiar formalmente Lula ou de o partido se dividir, alguns apoiarem, outros não.

O senhor é cogitado para disputar o Senado em 2022. Está disposto a deixar o governo em abril para isso?

Por um lado, penso em ficar até o final do mandato para continuar a entrega de projetos importantes, como a duplicação de rodovias para o sertão, a construção do aeroporto de Maragogi, já fizemos a concessão do saneamento na região metropolitana de Maceió por R$ 4,5 bilhões, um recorde até o leilão da Cedae. No Senado, eu teria condições de defender a permanência deste legado. Vou avaliar o que é melhor para o MDB e para mim.

Site: https://oglobo.globo.com/brasil/entrevista-renan-filho-diz-que-bolsonaro-faz-gestos-de-aproximacao-mas-apoiadores-tiram-credibilidade-25003467